



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

# **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 90072/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ UASG: 980113**

## **OBJETO**

Registro de preços para eventual contratação de serviços contínuos de transporte escolar fluvial, com embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino rural do município de Feijó/AC.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$: 10.143.190,00

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 09/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO / POR LOTE / ANUAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
[SIM]

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
[NÃO]





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	19
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	20
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	20
13. DOS RECURSOS.....	21
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	22
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90072/2026**  
Processo Administrativo nº90072/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ - ACRE**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sediada na Avenida Plácido de Castro, nº 678, Centro, Feijó/AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para a eventual contratação de **serviços contínuos de transporte escolar fluvial, com embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino rural do município de Feijó/AC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11 Sociedades cooperativas;

3.7.12 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.13 Pessoas físicas.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

- 5.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- 5.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor anual do lote;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1 (um) real.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4 Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 Empresas brasileiras;

7.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.





## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 Contiver vícios insanáveis;

8.8.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.





## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

#### **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.13.1 A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

9.13.4 Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

### 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

### 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.feijo.ac.gov.br](http://www.feijo.ac.gov.br), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br) e [cpl@feijo.ac.gov.br](mailto:cpl@feijo.ac.gov.br).

### 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;





## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 Advertência;

14.2.2 Multa;

14.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4,



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

### **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [www.feijo.ac.gov.br](http://www.feijo.ac.gov.br), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br) e [cpl@feijo.ac.gov.br](mailto:cpl@feijo.ac.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.feijo.ac.gov.br](http://www.feijo.ac.gov.br), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [www.tce.gov.br](http://www.tce.gov.br) e [cpl@feijo.ac.gov.br](mailto:cpl@feijo.ac.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
  - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

Feijó Acre, 19 de Junho de 2026.

**Maria Erlânia da Silva Aguiar**  
**PREGOEIRA**



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de serviços contínuos de transporte escolar fluvial, com embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino rural do município de Feijó/AC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1: ROTA ESCOLAS DO ALTO RIO ENVIRA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO	QUANT. DE BARCOS	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Antônio Urcezino de Castro Lima</b> , localizada no seringal ouvidor. Percurso de ida e volta.	14699	2h20min	2	400	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 223.100,00</b>
2	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Paraná</b> , localizada no Seringal Benfica Col. Coqueiro. Percurso de ida e volta.	14699	2h30min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
3	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Coronel Júlio Santos</b> , localizada no Seringal Barés. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
4	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Sebastião</b> , localizada no Seringal Curralinho. Percurso de ida e volta.	14699	2h	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
5	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Carlos Feijó de</b>	14699	1h20min	1	200	<b>R\$ 538,63</b>	<b>R\$ 107.725,50</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	<b>Melo</b> , rota 1, localizada no Seringal Novo Porto, Colônia Buriti. Percurso de ida e volta.						
6	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Carlos Feijó de Melo</b> , rota 2, localizada no Seringal Novo Porto - Colônia Buriti. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
7	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal no <b>Anexo da Escola Carlos Feijó de Melo</b> localizada no Seringal Nazaré. Percurso de ida e volta.	14699	1h20min	1	200	<b>R\$ 538,63</b>	<b>R\$ 107.725,50</b>
8	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Beija Flor</b> , rota 1, localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	14699	1h40min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
9	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Beija Flor</b> , rota 2, localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
10	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ramiro Prado</b> , rota 1, localizada no Seringal Bom Sucesso - Col. Salão. Percurso de ida e volta.	14699	1h40min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
11	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ramiro Prado</b> , rota 2, localizada no Seringal Bom Sucesso, Col. Salão. Seringal Bom Sucesso. Percurso de ida e volta.	14699	1h20min	1	200	<b>R\$ 538,63</b>	<b>R\$ 107.725,50</b>
12	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	pública municipal na <b>Escola Francisco Coriolano de Souza</b> , rota 1, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.						
13	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Coriolano de Souza</b> , rota 2, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	14699	2h40min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
14	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo</b> , rota 1, localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.	14699	2h30min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
15	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo</b> , rota 2, localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.	14699	1h45min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
16	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Geni Nunes Leitão Damasceno</b> , localizada no Seringal Extrema. Percurso de ida e volta.	14699	2h40min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
17	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , rota 1, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	14699	4h30min	1	200	<b>R\$ 620,25</b>	<b>R\$ 124.050,00</b>
18	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , rota 2, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	14699	2h30min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
19	Transporte escolar fluvial	14699	2h	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$</b>





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , rota 3, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.						<b>111.550,00</b>
20	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Nova Cidade</b> , rota 1, localizada no Seringal Vila Alves - Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.	14699	4h	1	200	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 118.050,00</b>
21	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Nova Cidade</b> , rota 2, localizada no Seringal Vila Alves - Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
22	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Ferreira Filho</b> , rota 1, localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	14699	1h40min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
23	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Ferreira Filho</b> , rota 2, localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
24	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Albanita Tavares</b> , rota 1, localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.	14699	1h40min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
25	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Albanita Tavares</b> , rota 2, localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.	14699	2h40min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
26	Transporte escolar fluvial	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Gabriel Félix de Aguiar</b> , rota 1, localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.						<b>109.907,00</b>
27	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Gabriel Félix de Aguiar</b> , rota 2, localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.	14699	45min	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
28	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Raimundo Prado</b> , rota 1, localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.	14699	2h	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
29	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Raimundo Prado</b> , rota 2, localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.	14699	2h20min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
30	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ozório Lins Wanderley</b> , localizada no Seringal 04 Jotas. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	2	400	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 219.814,00</b>
31	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Enezília Pires</b> , rota 1, localizada na Colônia Sumaúma. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
32	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Enezília Pires</b> , rota 2, localizada na Colônia Sumaúma. Percurso de ida e volta.	14699	1h40min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

33	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Alto Rio Envira, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	14699	2h30min	2	400	R\$ 557,75	R\$ 223.100,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 3.984.049,50</b>							

<b>LOTE 2: ESCOLAS DO PARANÁ DO OURO</b>							
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>	<b>DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO</b>	<b>QUANT. DE BARCOS</b>	<b>QUANT. DE DIÁRIAS</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
34	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Joel Ferreira de Sousa</b> , localizada no Seringal Porto Envira. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	R\$ 570,25	R\$ 114.050,00
35	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Costa Filho</b> , localizada no Seringal Liberdade. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	R\$ 549,54	R\$ 109.907,00
36	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Padre Alberto Roberto Urbam</b> , localizada no Seringal Agrião do Norte. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	R\$ 570,25	R\$ 114.050,00
37	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Edson Tavares</b> , localizada no Seringal Bom Princípio. Percurso de ida e volta.	14699	2h	1	200	R\$ 557,75	R\$ 111.550,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

38	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Arlete Almeida</b> , rota 1, localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	14699	1h20min	1	200	<b>R\$ 538,63</b>	<b>R\$ 107.725,50</b>
39	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Arlete Almeida</b> , rota 2, localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
40	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professor Antônio Charles Viana</b> , localizada no Seringal Bom Princípio-Cachoeira do Lau. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
41	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Maciel</b> , localizada no Seringal Porto Icó. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
42	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Darcila Regina Valério Lima</b> , localizada no Seringal Boca da Floresta. Percurso de ida e volta.	14699	3h30min	1	200	<b>R\$ 579,00</b>	<b>R\$ 115.800,00</b>
43	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pedro Gomes</b>	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	<b>de Paiva</b> , localizada no Seringal São Francisco. Percurso de ida e volta.						
44	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Costa Ponte</b> , localizada no Seringal Enjeitado. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
45	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Teixeira Guimarães</b> , Seringal Floresta. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
46	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Dona Tereza de Carvalho</b> , localizada no Seringal Boa Vista. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
47	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Inocência Brandão</b> , localizada no Seringal Porto Rubim, Col. Fortaleza. Percurso de ida e volta.	14699	1h20min	1	200	<b>R\$ 538,63</b>	<b>R\$ 107.725,50</b>
48	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Rio Paraná do Ouro, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	14699	2h30min	2	400	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 223.100,00</b>
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$ 1.751.224,00</b>							



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

LOTE 3: ESCOLAS DO BAIXO RIO ENVIRA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO	QUANT. DE BARCOS	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
49	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Maria Correia dos Santos</b> , localizada no Seringal Mangueiral. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	R\$ 549,54	R\$ 109.907,00
50	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ricardo Sabino de Moraes</b> , localizada no Seringal Berlim. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	R\$ 516,82	R\$ 103.363,00
51	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Adélio Gomes</b> , rota 1, localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	R\$ 516,82	R\$ 103.363,00
52	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Adélio Gomes</b> , rota 2, localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.	14699	1h20min	1	200	R\$ 538,63	R\$ 107.725,50
53	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Luiz Domingos Neto</b> , localizada no Seringal Juá. Percurso de ida e volta.	14699	2h20min	1	200	R\$ 557,75	R\$ 111.550,00
54	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Maria Cleonice Castro da Silva</b> , localizada no Seringal São Domingos. Percurso de ida e volta.	14699	2h30min	1	200	R\$ 557,75	R\$ 111.550,00
55	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Francisco</b> , rota 1, localizada no	14699	1h30min	1	200	R\$ 549,54	R\$ 109.907,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.						
56	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Francisco</b> , rota 2, localizada no Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.	14699	4h15min	1	200	<b>R\$ 620,25</b>	<b>R\$ 124.050,00</b>
57	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Paulo II</b> , rota 1, localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.	14699	4h20min	1	200	<b>R\$ 620,25</b>	<b>R\$ 124.050,00</b>
58	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Paulo II</b> , rota 2, localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
59	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Baixo Rio Envira, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	14699	2h30min	2	400	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 223.100,00</b>
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 3: R\$ 1.342.615,50</b>							

<b>LOTE 4: ESCOLAS DO RIO JURUPARI</b>							
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>	<b>DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO</b>	<b>QUANT. DE BARCOS</b>	<b>QUANT. DE DIÁRIAS</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
60	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Miguel</b> , rota 1, localizada no Seringal Tracoá. Percurso de ida e volta.	14699	2h40min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
61	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede	14699	3h	3	600	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 342.150,00</b>





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	pública municipal na <b>Escola São Miguel</b> , rota 2, localizada no Seringal Tracoá. Percurso de ida e volta.						
62	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Manoel Venâncio Barbosa</b> , rota 1, localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.	14699	3h20min	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
63	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Manoel Venâncio Barbosa</b> , rota 2, localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.	14699	2h40min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
64	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Jorge</b> , localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.	14699	1h	1	200	<b>R\$ 516,82</b>	<b>R\$ 103.363,00</b>
65	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São João</b> , rota 1, localizada no Seringal Engenho. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
66	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São João</b> , rota 2, localizada no Seringal Engenho. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
67	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santa Maria da Liberdade</b> , localizada no Seringal Massipira. Percurso de ida e volta.	14699	4h	1	200	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 118.050,00</b>
68	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> ,	14699	2h30min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	rota 1, localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.						
69	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> , rota 2, localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.	14699	3h20min	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
70	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> , rota 3, localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.	14699	2h	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
71	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santos Dumont</b> , localizada no Seringal Veneza. Percurso de ida e volta.	14699	3h30min	1	200	<b>R\$ 579,00</b>	<b>R\$ 115.800,00</b>
72	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Dina Carneiro</b> , localizada no Seringal Veneza. Percurso de ida e volta.	14699	3h	1	200	<b>R\$ 570,25</b>	<b>R\$ 114.050,00</b>
73	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Antônio V</b> , rota 1, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	14699	4h	1	200	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 118.050,00</b>
74	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Antônio V</b> , rota 2, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	14699	4h	1	200	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 118.050,00</b>
75	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Eunice Santos</b> , localizada no Seringal Palmaripé. Percurso de	14699	2h45min	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	ida e volta.						
76	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Francisco de Aguiar Albuquerque</b> , localizada no Seringal Mauê no Igarapé. Percurso de ida e volta.	14699	4h	1	200	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 118.050,00</b>
77	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote Rio Jurupari, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	14699	2h30min	2	400	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 223.100,00</b>
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 4: R\$ 2.384.613,00</b>							

<b>LOTE 5: ESCOLAS LOCALIZADAS NA BR 364 COM ACESSO POR ROTAS FLUVIAIS VIA IGARAPÉS E RIO</b>							
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>	<b>DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO</b>	<b>QUANT. DE BARCOS</b>	<b>QUANT. DE DIÁRIAS</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
78	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal no anexo da <b>Escola Antônio Fenelon de Oliveira</b> , localizada na BR 364 – Sentido Feijó/Manoel Urbano Km 52 – Seringal Mira Flor – Colônia Deus Proverá –Igarapé Maracaju. Percurso de ida e volta.	14699	1h30min	1	200	<b>R\$ 549,54</b>	<b>R\$ 109.907,00</b>
79	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Acrísio de Alencar</b> , localizada na BR 364 km 33- Seringal Vista Alegre- Igarapé Massipira. Percurso de ida e volta.	14699	2h	1	200	<b>R\$ 557,75</b>	<b>R\$ 111.550,00</b>
80	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Eugenia de Moraes da Silveira</b> ,	14699	4h	2	400	<b>R\$ 590,25</b>	<b>R\$ 236.100,00</b>



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	localizada na BR 364 – Trecho Feijó /Tarauacá. Percurso de ida e volta.						
81	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote escolas localizadas na Br com acessos via igarapés e rio para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	14699	2h30min	2	400	R\$ 557,75	R\$ 223.100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5: R\$ 680.657,00							
VALOR TOTAL: R\$ 10.143.159,00							

## CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se tratar de necessidade permanente ou prolongada da administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

## PRAZO DE VIGÊNCIA

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Utilização de motores com tecnologia de menor emissão de poluentes, preferencialmente com padrão de emissão MAR-1 ou superior, conforme legislação ambiental aplicável, visando à redução da emissão de gases poluentes e partículas durante a navegação;

4.1.2 Proibição expressa de descarte de óleo, graxa, combustível ou qualquer resíduo perigoso nos rios ou igarapés, devendo o contratado comprovar, mediante apresentação de certificado de destinação final, que os resíduos perigosos (óleo lubrificante usado, filtros contaminados, embalagens de produtos químicos) foram destinados a empresas de reciclagem ou coprocessamento licenciadas, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); e

4.1.3 Adoção de manutenção preventiva periódica dos motores para redução do consumo de combustível e das emissões de poluentes, bem como a instalação de recipientes adequados para coleta de resíduos sólidos gerados pelos alunos durante o trajeto, com destinação final correta em áreas urbanas.

### Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total do lote correspondente** à contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

- 4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.9.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.9.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

4.13.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### Vistoria

4.19. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 05 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- a) **Rotinas diárias:** O contratado deverá disponibilizar as embarcações nos pontos de embarque definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao horário de saída estabelecido para cada rota, garantindo o transporte dos alunos em conformidade com os horários escolares (chegada antes do início das aulas e saída logo após o término).





## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- b) **Procedimentos de segurança:** Antes de cada viagem, o condutor deverá realizar verificação das condições da embarcação (motor, combustível, coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros) e orientar os alunos quanto às normas de segurança, uso obrigatório de coletes salva-vidas e procedimentos em caso de emergência.
- c) **Frequência e periodicidade:** Os serviços serão prestados diariamente durante os 200 (duzentos) dias letivos do calendário escolar do município de Feijó/AC, de segunda a sexta-feira, excetuando-se os períodos de recesso escolar, férias e feriados conforme calendário oficial.
- d) **Tecnologias e equipamentos:** As embarcações deverão ser equipadas com toldo, cobertura completa, fechamento lateral, motor compatível com a navegação da região, coletes salva-vidas para 100% da lotação e kit de primeiros socorros.
- e) **Registro de ocorrências:** O contratado deverá manter registro diário das rotas executadas, alunos transportados, horários de saída e chegada, bem como eventuais ocorrências (atrasos, falhas mecânicas, acidentes, intercorrências com alunos), disponibilizando tais registros à fiscalização sempre que solicitado.

5.1.3 A execução dos serviços observará as seguintes fases sequenciais: (i) fase preparatória, com prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da emissão da ordem de serviço, destinada à apresentação das embarcações para vistoria prévia pela comissão técnica da Secretaria Municipal de Educação, à comprovação da regularidade dos condutores (Carteira Nacional de Habilitação compatível, certidões de antecedentes criminais, comprovante de curso de primeiros socorros) e à entrega do plano detalhado de operação das rotas; (ii) início da operação, a partir do 6º (sexto) dia da emissão da ordem de serviço, com o início efetivo do transporte escolar fluvial em todas as rotas contratadas, observados os horários e percursos estabelecidos no DFD e neste Termo de Referência; (iii) execução ordinária, durante os 200 (duzentos) dias letivos do calendário escolar, compreendendo a prestação contínua do serviço com fiscalização descentralizada por unidade escolar e medição mensal das diárias efetivamente realizadas; e (iv) transição contratual, nos últimos 30 (trinta) dias de vigência contratual, período em que o contratado deverá entregar relatório consolidado das rotas executadas, alunos transportados e ocorrências registradas, bem como colaborar com a eventual substituição do contratado ou renovação contratual, assegurando a continuidade do serviço público;

5.1.4 O contratado deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem como as condições das embarcações e a regularidade dos condutores, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

5.1.5 Todas as despesas com a manutenção preventiva e/ou corretiva para o bom desenvolvimento das demandas das embarcações, pagamento do condutor, óleo lubrificante, coletes salva-vidas e todas as despesas com combustível, encargos e impostos, inclusive trabalhistas e previdenciários, correrão por conta da contratada, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional a título de reembolso ou complementação.

## Local e horário da prestação dos serviços



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços a serem designados pelo gestor e fiscal do contrato.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.2.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I. Da programação e execução diária dos serviços:

- a) O contratado deverá disponibilizar as embarcações nos pontos de embarque definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao horário de saída estabelecido para cada rota, garantindo o transporte dos alunos em conformidade com os horários escolares (chegada antes do início das aulas e saída logo após o término);
- b) O condutor deverá, antes de cada viagem, realizar verificação das condições da embarcação (motor, combustível, coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros) e orientar os alunos quanto às normas de segurança, uso obrigatório de coletes salva-vidas e procedimentos em caso de emergência;
- c) O contratado deverá manter registro diário das rotas executadas, alunos transportados, horários de saída e chegada, bem como eventuais ocorrências (atrasos, falhas mecânicas, acidentes, intercorrências com alunos), disponibilizando tais registros à fiscalização sempre que solicitado;
- d) O contratado deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a embarcação que apresentar paralisação por problemas mecânicos ou qualquer outro motivo que impeça sua operação, por outra com as mesmas características e condições de uso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

II. Da fiscalização e controle:

- a) A fiscalização será descentralizada por unidade escolar, cabendo a cada escola fiscalizar as rotas a ela vinculadas, com apoio da equipe pedagógica e administrativa, devendo o fiscal anotar em livro próprio ou sistema eletrônico todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- b) O fiscal técnico do contrato realizará, ao final de cada mês, a apuração das diárias efetivamente prestadas, considerando os dias letivos efetivamente trabalhados, e emitirá relatório de medição para fins de pagamento;
- c) O contratado deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, a relação nominal dos condutores alocados na execução do contrato, com cópias das Carteiras de Habilitação (CNH) compatíveis com a categoria exigida, certidões de antecedentes criminais e comprovantes de curso de primeiros socorros.

III. Das obrigações do condutor:

- a) O condutor deverá possuir Carteira de Habilitação compatível com a categoria exigida para transporte remunerado de passageiros (quando aplicável), não possuir antecedentes criminais incompatíveis com o trabalho com crianças e adolescentes, e ter experiência mínima de dois anos na navegação da região;



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

- b) O condutor deverá tratar os alunos com respeito e urbanidade, zelando pela sua segurança e integridade física durante todo o percurso, sendo vedado qualquer comportamento inadequado, como consumo de bebida alcoólica, uso de substâncias entorpecentes ou dirigir sob efeito destas;
  - c) O condutor deverá usar uniforme ou crachá de identificação visível, fornecido pelo contratado, contendo nome e a logomarca da empresa.
- IV. Da manutenção e conservação das embarcações:
- a) O contratado deverá manter as embarcações em perfeito estado de conservação e funcionamento, realizando manutenções preventivas periódicas e manutenções corretivas sempre que necessário, sem prejuízo da prestação dos serviços;
  - b) O contratado deverá dispor de embarcação reserva para situações de emergência ou manutenção programada, garantindo a continuidade do serviço;
  - c) As embarcações deverão possuir identificação visual de transporte escolar, com a inscrição 'TRANSPORTE ESCOLAR' em local visível, observando a legislação vigente.
- V. Dos equipamentos de segurança:
- a) As embarcações deverão ser equipadas com toldo, cobertura completa, fechamento lateral, assentos individuais fixos, dispositivo de flutuação individual (coletes salva-vidas) para 100% da lotação e kit de primeiros socorros;
  - b) Os coletes salva-vidas deverão ser de classe III, na proporção de 100% da capacidade de lotação da embarcação, possuir Certificado de Homologação pela DPC (Diretoria de Portos e Costas), conforme NORMAM-05, e ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso, nos tamanhos diferenciados conforme o peso dos passageiros.
- VI. Da suspensão dos serviços:
- a) Durante o período de férias escolares, recesso, feriados, pontos facultativos ou ainda a critério da Secretaria Municipal de Educação, não haverá transporte de alunos, ficando a prestação do serviço suspensa, não cabendo ao contratado qualquer ônus pelo período, salvo serviço efetivamente prestado por ocasião de reposição de aulas ou em casos de necessidade de deslocamento para cumprimento do calendário escolar;
  - b) A suspensão do contrato deverá ser formalizada por meio de apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.
- VII. Da vedação de condutas:
- a) É vedado ao contratado e a seus condutores transportar passageiros estranhos aos serviços contratados, bem como transportar produtos perigosos (inflamáveis, tóxicos, etc.);
  - b) É vedado ao contratado transportar alunos fora do horário das aulas para qualquer outra atividade, sem autorização expressa e por escrito da Secretaria Municipal de Educação;



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- c) É vedado ao contratado ceder ou alugar as embarcações objeto do contrato para terceiros, ainda que de forma temporária, sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Educação.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.3. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1 Verificar diariamente, por meio de relatórios apresentados pelo contratado ou por fiscalização in loco, a regularidade e pontualidade da prestação dos serviços em cada rota, bem como a conformidade dos horários de saída e chegada com o estabelecido no plano de operação das rotas;

6.16.2 Conferir, no mínimo semanalmente, as condições de segurança das embarcações, incluindo a existência e a validade dos coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros, grades de proteção, toldo, cobertura completa e fechamento lateral, bem como o estado geral de conservação da embarcação e do motor; e

6.16.3 Fiscalizar a conduta dos condutores no desempenho de suas funções, verificando se possuem Carteira de Habilitação compatível, certidões de antecedentes criminais atualizadas, comprovante de curso de primeiros socorros e se tratam os alunos com respeito e urbanidade, anotando em relatório qualquer ocorrência de mau comportamento ou descumprimento das obrigações contratuais.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.21.1 acompanhar e registrar, em planilha própria, a execução das garantias contratuais (quando exigidas), bem como as eventuais reposições ou complementações decorrentes de utilização ou alteração do valor contratado;

6.21.2 Notificar formalmente a contratada, por escrito ou por meio eletrônico, sobre quaisquer irregularidades ou descumprimentos de obrigações contratuais de natureza administrativa, fixando prazo para correção;

6.21.3 Manter atualizado no processo administrativo toda a documentação referente à execução do contrato, incluindo comprovantes de pagamento, apostilamentos, termos aditivos, garantias e notificações;

6.21.4 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato a ocorrência de quaisquer fatos que possam comprometer a regularidade da execução contratual ou que demandem decisão superior, tais como inadimplemento reiterado, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da contratada, ou indícios de fraude ou irregularidade grave; e

6.21.5 Elaborar relatório mensal consolidado das atividades de fiscalização administrativa, encaminhando ao gestor do contrato para fins de pagamento e registro no histórico de gerenciamento do contrato.

### **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

6.22.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1 Não produziu os resultados acordados,

7.1.2 Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3 Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.





## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



## **ESTADO DO ACRE**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

7.24.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

7.35. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/04/2026.*

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **15% (quinze por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE.

#### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1 Valor global por lote: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2 Valor unitário estimado de cada item do lote.

#### **Das Condições Impeditivas**

9.4. Serão vedadas:

9.4.1 A participação de empresas sob a forma de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar;

9.4.2 A participação de cooperativas, em razão da natureza personalíssima do serviço, da necessidade de responsabilização direta e individualizada do contratado pela operação da embarcação e pela segurança dos alunos, bem como da inviabilidade de aplicação do regime cooperativista à atividade de transporte escolar fluvial, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

#### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta





## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. *Comprovação de que o licitante possui, ou se compromete a obter antes da assinatura do contrato, a autorização para o exercício da atividade de transporte escolar fluvial, compreendendo:*

- a) *Autorização para Transporte Escolar emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ou órgão municipal competente, nos termos do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) e legislação complementar;*
- b) *Inscrição da embarcação e autorização para navegação expedida pela Capitania dos Portos da Marinha do Brasil (Delegacia ou Agência Fluvial competente), conforme NORMAM-02/DPC (Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior), comprovando que a embarcação está apta para o transporte de passageiros e para a finalidade de transporte escolar.*

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.20. *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.*

9.21. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

9.26. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.26.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.27. A embarcação a ser utilizada na execução do contrato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Ser de médio porte, confeccionada em madeira ou alumínio;
- b) Possuir cobertura (toldo) para proteção contra sol e chuva;
- c) Possuir grades laterais para prevenção de quedas;
- d) Possuir motor com potência compatível com a navegação da região (referência: 9 HP);
- e) Possuir identificação visual de transporte escolar, com a inscrição 'TRANSPORTE ESCOLAR' em local visível, observando a legislação vigente;
- f) Possuir lotação mínima de 24 (vinte e quatro) pessoas e capacidade mínima de carga de 1.000 kg (mil quilogramas);
- g) Possuir comprimento mínimo de 8m (oito metros), largura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e pontal mínimo de 0,65m (sessenta e cinco centímetros), admitida tolerância de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos;
- h) Estar equipada com equipamentos de segurança, caixa de materiais para primeiros socorros e coletes salva-vidas na proporção de 100% (cem por cento) da lotação;
- i) Apresentar bom estado de conservação e manutenção;
- j) Possuir registro na Capitania dos Portos (ou Agência Fluvial competente), com autorização para transporte de passageiros e, quando exigível, para a finalidade de transporte escolar, mantida em local visível;
- k) Possuir certificado de Registro de Propriedade da Embarcação em nome do proprietário (pessoa física ou jurídica), devidamente regularizado junto ao órgão competente.

9.28. A empresa contratada deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato, a regularidade dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de endereço, telefone e e-mail para contato;
- b) Documento de Vistoria da embarcação emitido pela Secretaria Municipal de Educação ou por órgão técnico competente;
- c) Declaração de que não emprega menor de idade em condições ilegais e de que não possui fatos impeditivos de contratar com a administração pública;
- d) Inscrição ou Registro da embarcação na Capitania dos Portos/Agência Fluvial, com finalidade específica para transporte de passageiros, incluindo, quando exigível, a autorização para transporte escolar.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

## **Qualificação Técnico-Operacional**

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. Um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o desempenho de atividades compatíveis em características e quantidade com o objeto da licitação, correspondendo a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da totalidade dos dias trabalhados com transporte de pessoas, considerando-se o somatório das diárias previstas neste Termo de Referência;

9.29.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

## **Qualificação Técnico-Profissional**

9.31. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.31.1 Para o condutor da embarcação, deverão ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- b) Ser habilitado na Capitania dos Portos (Marinha do Brasil), devendo apresentar cópia da habilitação do piloto da embarcação para condução de embarcações de pequeno e médio porte;



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

- c) Ter sido submetido a exame psicotécnico e toxicológico, com aprovação, específico para transporte escolar de alunos;
- d) Ter concluído o Curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar, nos termos da legislação de trânsito aplicável;
- e) Possuir matrícula específica na Capitania dos Portos (Marinha do Brasil) para a embarcação que conduzirá;
- f) Ter ensino fundamental completo;
- g) Possuir Curso Básico de Qualificação Profissional pela Marinha do Brasil, ou curso direcionado à atividade desenvolvida;
- h) Comprovar experiência mínima de 2 (dois) anos na navegação da região;
- i) Não possuir antecedentes criminais incompatíveis com o trabalho com crianças e adolescentes, comprovado por certidões negativas das Justiças Estadual, Federal e Polícias Civil e Militar;
- j) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, comprovando vínculo empregatício com a contratada ou declaração de disponibilidade futura;
- k) Manter vacinação em dia, especialmente contra febre amarela e tétano, quando exigível;
- l) Atender prontamente às solicitações relacionadas ao cumprimento do serviço, agindo com discrição e não veiculando informações adquiridas em decorrência do exercício das atividades, respondendo criminalmente no caso de violação.

9.31.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.32. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.143.159,00 (dez milhões, cento e quarenta e três mil e cento e cinquenta e nove reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



## **ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Feijó.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Feijó;
- II) 02.007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- III) Projeto Atividade: 1.011 – Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (código reduzido 89); e
- V) Fonte de Recurso: 1.553 – Transferência do FNDE – PNAT; 1.550 – Transferência do Salário Educação; 1.540 – Fundeb; 1.500 – Recursos Próprios (RP).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



**ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**ANEXO I – MODELO PLANILHA VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

Planilha de Custo e Formação de Preços		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS EM BARCO ADAPTADO, INCLUSO PILOTO E COMBUSTÍVEL		
A – Data de Apresentação da Proposta:		
B – Município/UF:		
C – Sindicato:		
D – Tipo de Serviço:		
E – Número de meses de Execução Contratual:		
F – Categoria Profissional Vinculada à Execução Contratual:		

  

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO		
DESCRIÇÃO	PERÍODO	VALOR (R\$)
TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS ESTIMADOS COM MÃO DE OBRA (PILOTO)	Mensal	R\$ -
TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS ESTIMADOS COM VEÍCULO (FIXOS + VARIÁVEIS)	Mensal	R\$ -
<b>TOTAL MENSAL VEICULO COM PILOTO</b>	Mensal	R\$ -
<b>TOTAL VEÍCULO COM PILOTO POR 12 MESES</b>	Anual	R\$ -
AUTORIZAÇÃO AGEAC (1% do valor do contrato) - art. 13, RES. AGEAC nº 13/2013	Anual	R\$ -
<b>TOTAL GERAL VEÍCULO COM PILOTO POR 12 MESES + AUT. AGEAC 1%</b>	Anual	R\$ -
VALOR/HORA	-	R\$ -

**ANEXO II – CUSTO DA MÃO DE OBRA**

PLANILHA DE REMUNERAÇÃO		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	FEIJÓ
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviços operacionais	Posto de serviços	Feijó

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário da Categoria Profissional	
4	Salário Mínimo	R\$ 1.621,00
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional Periculosidade	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	0,00
G	Outros	0,00%	0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 1</b>			<b>R\$ -</b>

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ -
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.1</b>		<b>19,44%</b>	<b>R\$ -</b>





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições (com incidência)		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) ( 3,00 x 0,5)	3,00%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.2</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ -</b>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Programas do SESMT	-	R\$ -
B	Auxílio alimentação	-	R\$ -
C	Auxílio funeral	-	R\$ -
D	Seguro de vida		R\$ -
E			
F			
G			
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.3</b>			<b>R\$ -</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ -
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ -
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,06%	R\$ -
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>		<b>6,61%</b>	<b>R\$ -</b>

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,39%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,07%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,29%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Ausência por Doença	1,66%	R\$ -
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>		<b>3,43%</b>	<b>R\$ -</b>

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$	-
4.2	Intra jornada		0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	R\$ -
B	Materiais		R\$ -



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

<b>C</b>	Materiais complementares - Equipamentos EPIs	-	R\$	-
<b>D</b>	Equipamentos	-	R\$	-
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>		-	R\$	-

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>				
<b>6</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	
<b>A</b>	Custos Indiretos		R\$	-
<b>B</b>	Lucro		R\$	-
	Sub-Total		R\$	-
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>			
<b>C.1</b>	PIS	0,65%	R\$	0,77
<b>C.2</b>	COFINS	3,00%	R\$	3,57
<b>C.3</b>	ISS	5,00%	R\$	5,95
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>		8,65%	R\$	<b>22,06</b>

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ -
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ -
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ -
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ -
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ -
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ -
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ -
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

<b>MENSAL</b>		R\$	-
<b>Total de Postos</b>			
<b>ANUAL</b>		R\$	-

**ANEXO III – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS UNIFORMES E EPI'S**

<b>DETALHAMENTO DOS CÁLCULOS DOS UNIFORMES E EPI'S</b>							
<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO UNIFORMES</b>							
<b>Ordem</b>	<b>UNIFORME (Especificações Mínimas)</b>	<b>QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA</b>					
		<b>UNID. DE MEDIDA</b>	<b>QNT.</b>	<b>VAL. UNIT. (C)</b>	<b>VAL. TOTAL ANO</b>	<b>VIDA ÚTIL EM MESES</b>	<b>VAL. UNIT. TOTAL MÊS</b>
		<b>(A)</b>	<b>(B)</b>		<b>(D)=(B*C)</b>	<b>(E)</b>	<b>(F)=(D/E)</b>
1	BLUSAS, tipo manga longa, tamanho adequado a cada funcionário	UNID.	2				
2	CALÇAS, tamanho adequado a cada funcionário.	UNID.	2				
3	SAPATO conforme necessidade, numeração adequada a cada funcionário.	PAR	1				
<b>CUSTO TOTAL MENSAL (Valor Total / Vida Útil Estimada)</b>							
<b>Nota 1:</b> As empresas se obrigam a fornecer para os empregados dois uniformes a cada 12 (doze) meses, sem qualquer custo ao seu empregado.							
<b>Nota 2:</b> Cada uniforme compreenderá as vestimentas e o calçado utilizado pelo empregado no exercício de sua atividade laborativa, de acordo com o contrato com o tomador do serviço, devendo ser confeccionado em material resistente e de boa qualidade.							
<b>Nota 3:</b> Fica expressamente definido que as meias e peças íntimas não fazem parte do uniforme a ser fornecido pela empresa.							
<b>Nota 4:</b> As empresas entregarão o primeiro conjunto de uniforme completo no ato da admissão do empregado, e o segundo uniforme será entregue após o término do contrato de experiência de trabalho.							

<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO EPI's</b>							
<b>Ordem</b>	<b>MATERIAIS E EPI'S (Especificações Mínimas)</b>	<b>QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA</b>					
		<b>UNID. DE MEDIDA</b>	<b>QNT.</b>	<b>VAL. UNIT. (C)</b>	<b>VAL. TOTAL</b>	<b>VIDA ÚTIL EM MESES</b>	<b>VAL. UNIT. TOTAL</b>
		<b>(A)</b>	<b>(B)</b>	<b>(C)</b>	<b>(D)=(B*C)</b>	<b>(E)</b>	<b>(F)=(D/E)</b>
1	EPI's (CONFORME FUNÇÃO)	PAR	2				
<b>CUSTO TOTAL MENSAL (Valor Total / Vida Útil Estimada)</b>							



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

**Nota 1:** Os itens acima deverão ser entregues conforme estabelecido neste termo e/ou sempre que se fizer necessário.

### ANEXO IV – CUSTO DO TRANSPORTE/EMBARCAÇÃO

CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MODO AQUAVIÁRIO <sup>1</sup>			
<b>CUSTOS FIXOS DE BARCOS</b>	<b>CUSTOS FIXOS DE BARCOS</b>		
	Preço de mercado da embarcação para cálculo de depreciação <sup>2</sup>		
	1 - Custo de depreciação da embarcação (CDE)		
	2 - Custo de remuneração de capital (CRC)		
	3 - Custo com Seguro da Embarcação (CSE)		
	4 - Coleta salva-vidas		
	<b>SUBTOTAL CUSTO FIXO DA EMBARCAÇÃO (III)</b>		
<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIB. E LUCRO DOS CUSTOS FIXOS DOS BARCOS</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>		
	5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor
	A	Custos indiretos	2,00% R\$
	B	Lucro	2,00% R\$
	C	Tributos	
	c1	PIS	0,65% R\$
	c2	COFINS	3,00% R\$
	c3	ISSQN	5,00% R\$
	Subtotal - Tributos		14,25% R\$
	<b>SUBTOTAL CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (IV)</b>		
<b>VALOR TOTAL DOS CUSTOS FIXOS (BARCO) E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS (III+IV) = (B)</b>			R\$
<b>CUSTOS VARIÁVEIS:</b>			
<b>V. DESPESAS DE MANUTENÇÃO DE BARCO</b>	<b>V. DESPESAS DE MANUTENÇÃO</b>		
	1 – Custo de manutenção e Reparos (CMR)		
	2 - Custo de Óleo e Lubrificante (CL)		
	3 - Custo de combustível (CC) <sup>3</sup>		
<b>SUBTOTAL DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA EMBARCAÇÃO (VI)</b>			R\$
<b>VI. CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - CUSTOS VARIÁVEIS DE BARCOS</b>	<b>VI. CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>		
	5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Valor
	A	Custos indiretos	R\$
	B	Lucro	R\$
	C	Tributos	
	c1	PIS	0,65% R\$
	c2	COFINS	3,00% R\$
	c3	ISSQN	5,00% R\$
	Subtotal - Tributos		8,65% R\$
	<b>SUBTOTAL CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (IV)</b>		
<b>VALOR TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS E DEMAIS CUSTOS INDIRETOS (VI+VII) = C</b>			R\$

<sup>1</sup> Cálculo de acordo com a cartilha do FNDE "Metodologia de Custo do Transporte Escolar"

<sup>2</sup> Preço de referência de embarcação + motor conforme SRP nº 003/2017 - Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Solimões

<sup>3</sup> Preço de referência de combustível ANP

\*O Valor de referência da diária considera uma hora de percurso

### ANEXO V – MEMÓRIA DE CÁLCULO CUSTO DA EMBARCAÇÃO

CUSTO DA EMBARCAÇÃO		
	Preço do combustível	
	Horas de trajeto diário	
	Diária	
	Anual	
1.0	CRC = Custo de remuneração de capital mensal (R\$/embarcação x mês); FÓRMULA: $(A \times B) / 12$	R\$ -
A	CIE = capital investido em embarcações (R\$/embarcação);	
B	FRC = fator de recuperação anual de capital. (fórmula: $(C \times (1+C)^D) / ((1+C)^D - 1)$ )	0,106352783
C	i = taxa de retorno de capital (pode-se utilizar TLP ou Selic);	6,5%
D	vu = vida útil da embarcação (anos).	15
2.0	CDE = custo de depreciação da embarcação-tipo mensal (R\$/embarcação x mês);	R\$ -



## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

	<b>Fórmula: <math>E \times (1-F) / (G \times 12)</math></b>	
E	CIE = custo do investimento da embarcação-tipo (R\$/embarcação);	
F	K = valor residual da embarcação-tipo após sua vida útil (%);	10%
G	VUE = vida útil da embarcação-tipo (anos).	15
<b>3.0</b>	<b>CSE = custo mensal de seguro da embarcação-tipo (R\$/embarcação x mês) FÓRMULA: <math>(H \times I) / 12</math></b>	<b>R\$ -</b>
H	CIE = custo do investimento da embarcação-tipo (R\$/embarcação)	
I	SE = taxa de seguro anual da embarcação-tipo (%a.a.)	4,20%
<b>4.0</b>	<b>CC = custo mensal de combustíveis (R\$/embarcação x mês); FÓRMULA: <math>J \times (K/L) \times M \times N \times 20</math></b>	<b>R\$ -</b>
J	PI = potência instalada do motor (hp);	9
K	CEC = consumo específico de combustível (kg/hp/hora);	0,18
L	DC = densidade de combustível (kg/litro);	0,85
M	PC = preço do combustível (R\$/litro);	
N	nho = número médio de horas que uma embarcação-tipo opera em um dia (horas/embarcação x dia).	
<b>5.0</b>	<b>CL = custo mensal de lubrificantes (R\$/embarcação x mês); fórmula: <math>O \times (P/Q) \times R \times S \times 20</math></b>	<b>R\$ -</b>
O	PI = potência instalada do motor (hp);	
P	CEL = consumo específico de lubrificante (kg/hp/hora);	0,002
Q	DL = densidade do lubrificante (kg/litro);	0,9
R	PL = preço do lubrificante (R\$/litro);	
S	nho = número médio de horas que uma embarcação-tipo opera em um dia (horas/embarcação x dia).	
<b>6.0</b>	<b>CMR = custo mensal de manutenção e reparos da embarcação-tipo (R\$/embarcação x mês); FÓRMULA: <math>T \times U/12</math></b>	<b>R\$ -</b>
T	CIE = custo do investimento da embarcação-tipo (R\$/embarcação);	
U	ME = taxa anual de manutenção e reparo da embarcação-tipo (% a.a.).	4%
<b>Obs.:</b>	<b>^ = símbolo da exponenciação</b>	



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS  
PARA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A Empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (informar), com sede à (endereço) declara, perante a Secretaria Municipal de Educação, que:

1. Disporá até o ato da assinatura do contrato de toda a estrutura e recursos necessários para execução do objeto especificado no certame licitatório – Pregão .....  
Nº ...../.... – CPL .... em especial os seguintes:

- 1.1. Dos equipamentos necessários para execução do objeto; e
- 1.2. Mão de obra qualificada.

2. Dessa forma, encontra-se apta à perfeita execução das atividades especificadas contratualmente.

Sendo isto o que havia a declarar,

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

---

(assinatura) (carimbo)  
(nome do responsável) (cargo)



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**A. Descrição sucinta da necessidade**

A Secretaria Municipal de Educação de Feijó/AC identifica demanda administrativa consistente na necessidade de viabilizar o deslocamento diário de estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino rural que residem em áreas ribeirinhas de difícil acesso, especificamente nos seringais, colônias e localidades situadas nas regiões do Alto Rio Envira, Paraná do Ouro, Baixo Rio Envira, Rio Jurupari e áreas adjacentes à BR 364, cujo único meio de acesso às unidades escolares é o transporte fluvial. A situação fática existente revela que, na ausência de serviço oficial de transporte escolar fluvial organizado e continuado, os alunos encontram-se impossibilitados de frequentar as aulas ou submetem-se a deslocamentos informais em embarcações precárias, sem qualquer garantia de segurança, regularidade ou adequação às normas de proteção à infância e à adolescência, expondo-se a riscos de acidentes, quedas e intempéries.

A Administração Municipal não dispõe atualmente de meios próprios, tais como frota de embarcações institucionais, condutores lotados no quadro efetivo ou estrutura administrativa de manutenção e gestão de transporte fluvial, capazes de atender à demanda de forma plena, contínua e geograficamente distribuída pelas **81 rotas previstas de escolas municipais rurais**, as quais encontram-se organizadas e divididas em **5 (cinco) regionais**, assim denominadas: Escolas do Alto Rio Envira, Escolas do Paraná do Ouro, Escolas do Baixo Rio Envira, Escolas do Rio Jurupari e Escolas da BR 364.

A inexistência ou precariedade do serviço impacta diretamente a eficiência, a continuidade e a qualidade da prestação do serviço público educacional, uma vez que impede o acesso, fragiliza a permanência e aumenta os índices de evasão e abandono escolar nas comunidades ribeirinhas, comprometendo o



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

cumprimento das metas educacionais do município. O público impactado abrange toda a população estudantil matriculada nas escolas localizadas nos seringais e colônias do município de Feijó, bem como suas famílias e a comunidade escolar em geral, gerando reflexos administrativos diretos na gestão das unidades de ensino, no planejamento do calendário escolar, na alocação de recursos públicos vinculados à educação, incluindo o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O interesse público envolvido é manifesto e inequívoco, pois a demanda visa assegurar o direito constitucional à educação previsto no art. 205 da Constituição Federal, cumprir a obrigação legal do Estado quanto ao transporte escolar como condição de acesso e permanência na escola, nos termos do art. 4º, inciso VII, e art. 70, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), garantir a proteção integral de crianças e adolescentes estabelecida na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e viabilizar a regular execução das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

**B. Justificativa expressa para a contratação**

A contratação é necessária porque a Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, identificou, a partir de levantamentos técnicos e demandas reiteradas das unidades escolares, a existência de 81 rotas de transporte escolar fluvial distribuídas em regiões ribeirinhas do município de Feijó/AC (Alto Rio Envira, Paraná do Ouro, Baixo Rio Envira, Rio Jurupari e BR 364), onde não há qualquer infraestrutura de transporte terrestre regular, público ou privado, capaz de atender os estudantes, restando o deslocamento fluvial como única via de acesso às escolas. O problema central que justifica a contratação é a absoluta ausência de meios próprios da Administração – tais como embarcações institucionais, condutores lotados no





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

quadro efetivo e estrutura de manutenção e gestão de frota fluvial – para realizar o deslocamento diário dos alunos, configurando gargalo operacional que impede o pleno exercício do direito à educação nas comunidades ribeirinhas.

O interesse público envolvido é evidente, pois a contratação assegura a continuidade das atividades letivas, promove a eficiência do gasto público ao evitar os custos sociais e educacionais decorrentes da evasão e da retenção escolar, e garante a qualidade do serviço prestado, com deslocamentos realizados em embarcações adequadas, por condutor qualificado e com observância das normas de segurança aplicáveis. As motivações fáticas decorrem da constatação, por meio de relatórios das unidades escolares e de visitas técnicas, de que alunos vêm sendo transportados em condições precárias por meios informais, como pequenas canoas sem cobertura, sem grades de proteção e sem condutores preparados para situações de emergência, expondo crianças e adolescentes a riscos de acidentes, quedas em corpos d'água e intempéries climáticas. As motivações técnicas fundamentam-se na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que impõem ao ente federado a obrigação de fornecer transporte escolar gratuito e seguro aos alunos da zona rural e ribeirinha. As motivações administrativas residem na inexistência de alternativa viável de execução direta pelo próprio Município, considerando os altos custos de aquisição, manutenção e gestão de frota fluvial própria, bem como a ausência de pessoal especializado em número suficiente para operar as 81 rotas previstas.

As consequências da não contratação seriam graves e de amplo espectro: (i) impedimento do acesso de centenas de alunos às escolas, com violação direta ao direito fundamental à educação e potencial responsabilização do Município por omissão; (ii) aumento significativo dos índices de evasão e abandono escolar nas comunidades ribeirinhas, comprometendo as metas do Plano Municipal de Educação; (iii) risco de judicialização da Administração Pública por



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

parte do Ministério Público, defensoria pública ou associações de pais; (iv) comprometimento do repasse e da correta aplicação dos recursos vinculados à educação, como os provenientes do FUNDEB e do PNATE, com risco de devolução ou suspensão de transferências voluntárias; (v) descumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014); e (vi) exposição dos alunos a meios informais e inseguros de deslocamento, com potenciais danos à integridade física e moral, gerando risco de acidentes fatais. A demanda está alinhada com o planejamento institucional da Prefeitura Municipal de Feijó, que tem como diretriz administrativa a garantia do acesso universal à educação básica, em especial para as populações rurais e ribeirinhas, bem como com as políticas públicas setoriais de educação do campo e com as diretrizes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). A necessidade não decorre de falha de planejamento pretérito, mas sim de demanda legítima, recorrente e estrutural da Administração, inerente à própria prestação do serviço público educacional em um município com vasta área territorial, população dispersa em regiões ribeirinhas e inexistência de infraestrutura de transporte alternativa, cujo atendimento depende necessariamente de soluções de transporte fluvial continuado e especializado.

**C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais**

A demanda está alinhada com as metas institucionais do órgão contratante.

**D. Proposta de solução**

**D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado**

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução,	Link das consultas Id PNCP
---------------	--	--	-------------------------------



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		fornecedores etc.)	
1	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial por meio de locação de embarcação com condutor, com execução indireta sob o regime de prestação de serviços continuados, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratações futuras e eventuais acréscimos.	Secretaria de Estado de Industria, Ciência E Tecnologia – Rio Branco/AC	<a href="#">Id contratação PNCP: 16958425000148-1-000011/2025</a>  <a href="#">Id contratação PNCP: 16958425000148-1-000015/2025</a>  <a href="#">Id contratação PNCP: 16958425000148-1-000010/2025</a>  <a href="#">Id contratação PNCP: 16958425000148-1-000008/2025</a>
2	Aquisição de embarcações e motores pela própria Administração Municipal (execução direta), com manutenção e operação realizadas diretamente por servidores ou empregados públicos lotados no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação, mediante a formação de frota própria de transporte escolar fluvial.	Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC	<a href="#">Id contratação PNCP: 04012548000102-1-000048/2025</a>

A Solução 1 (contratação direta por meio de SRP) consiste na realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade pregão (para serviços comuns), com registro de preços, permitindo ao município contratar conforme a demanda efetiva, com possibilidade de convocações parceladas e adesões futuras. Apresenta como vantagens: (i) a autonomia do município para definir as especificações técnicas exatas adequadas à sua realidade local; (ii) a possibilidade de gerenciamento direto da ata, com controle sobre prazos, quantidades e fornecedores; (iii) a segurança jurídica de uma contratação planejada e executada sob a égide da Lei nº 14.133/2021; (iv) a adequação ao modelo de SRP, que se mostra ideal para serviços contínuos e com



## **ESTADO DO ACRE** **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

possibilidade de acréscimos ou supressões. Como desvantagens, há a necessidade de mobilização da estrutura administrativa do município para conduzir todo o processo licitatório, desde o planejamento até a gestão da ata, o que demanda tempo e pessoal especializado.

A Solução 2 (aquisição de embarcações com execução direta) consistiria na compra das embarcações e motores com recursos públicos, na formação de frota própria, com manutenção e operação realizadas diretamente por servidores lotados no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação ou por empregados públicos contratados para essa finalidade. Apresenta como vantagens: (i) a formação de patrimônio público próprio, com bens que permaneceriam sob a propriedade do Município; (ii) eventual redução de custos a longo prazo, após amortização do investimento inicial; (iii) controle direto sobre a qualidade, a disponibilidade e a gestão das embarcações. Como desvantagens, destacam-se: (i) necessidade de alto investimento inicial para aquisição de todas as embarcações necessárias ao atendimento das 81 rotas; (ii) custos continuados de manutenção preventiva e corretiva, combustível, armazenagem, seguro e depreciação dos bens; (iii) necessidade de concurso público ou processo seletivo para provimento de condutores em número suficiente para operar todas as rotas, com todos os encargos trabalhistas e previdenciários; (iv) risco de ociosidade da frota em períodos não letivos (férias, recessos, feriados), gerando ineficiência no uso dos recursos públicos; (v) necessidade de estrutura administrativa própria para gestão da frota, incluindo almoxarifado, oficina mecânica, controle de manutenção e abastecimento; (vi) risco de descontinuidade do serviço em caso de quebra ou manutenção não programada das embarcações, sem previsão de reserva técnica; (vii) responsabilidade direta do Município por acidentes, danos ambientais (derramamento de combustível) e eventuais sinistros envolvendo os alunos transportados. Ambas as soluções são tecnicamente viáveis, porém com diferentes perfis de risco, custo de investimento e adequação ao caso concreto.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO SERVIÇO	DURAÇÃO DIÁRIA DO PERCURSO	QUANT. DE BARCOS	DIAS LETIVOS	QUANT. DE DIÁRIA	SOLUÇÃO Nº 1 – SRP		SOLUÇÃO Nº 2 AQUISIÇÃO DE BARCOS E MOTORES
							VALOR UNIT. DIÁRIA	VALOR ESTIM. ANUAL (POR ITEM)	
1	1	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Antônio Urcezino de Castro Lima</b> , localizada no seringal ouvido. Percurso de ida e volta.	2h20min	2	200	400	R\$ 650,00	R\$ 260.000,00	R\$ 50.326,00
	2	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Paraná</b> , localizada no Seringal Benfica Col. Coqueiro. Percurso de ida e volta.	2h30min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
	3	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Coronel Júlio Santos</b> , localizada no Seringal Barés. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

4	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Sebastião</b> , localizada no Seringal Curralinho. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
5	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Carlos Feijó de Melo</b> , localizada no Seringal Novo Porto, Colônia Buriti. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
6	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Carlos Feijó de Melo</b> , localizada no Seringal Novo Porto - Colônia Buriti. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
7	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Anexo da Escola Carlos Feijó de Melo</b> localizada no Seringal Nazaré. Percurso de ida e volta.							
8		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Beija Flor</b> , localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00
9		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Beija Flor</b> , localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
10		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ramiro Prado</b> localizada no Seringal Bom Sucesso – Col. Salão. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00
11		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ramiro Prado</b> , localizada no Seringal Bom Sucesso, Col. Salão. Seringal Bom Sucesso. Percurso de ida e volta.							
	12	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Coriolano de Souza</b> , localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
	13	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Coriolano de Souza</b> , localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
	14	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes	2h30min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo</b> , localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.							
15		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo</b> , localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.	1h45min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00
16		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Geni Nunes Leitão Damasceno</b> , localizada no Seringal Extrema. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
17		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	4h30min	1	200	200	R\$ 1.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 25.163,00
18		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção	2h30min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.							
	19	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Pingo de Ouro</b> , localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
	20	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Nova Cidade</b> – localizada no Seringal Vila Alves - Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.	4h	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00
	21	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Nova Cidade</b> – localizada no Seringal Vila Alves - Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

22	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Ferreira Filho</b> , localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00
23	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Ferreira Filho</b> , localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
24	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Albanita Tavares</b> localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00
25	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao	2h40min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Albanita Tavares</b> , localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.							
26		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Gabriel Félix de Aguiar</b> localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
27		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Gabriel Félix de Aguiar</b> localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.	45min	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
28		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Raimundo Prado</b> , localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
29		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura	2h20min	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Raimundo Prado</b> , localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.							
	30	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ozório Lins Wanderley</b> , localizada no Seringal 04 Jotas. Percurso de ida e volta.	1h30min	2	200	400	R\$ 600,00	R\$ 240.000,00	R\$ 50.326,00
	31	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Enerzília Pirez</b> , localizada na Colônia Sumaúma. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
	32	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Enerzília Pirez</b> , localizada na Colônia	1h40min	1	200	200	R\$ 610,76	R\$ 122.152,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		Sumaúma. Percurso de ida e volta.							
	33	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Alto Rio Envira, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	200	400	R\$ 700,00	R\$ 280.000,00	R\$ 50.326,00
	<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 1: ROTA ESCOLAS DO ALTO RIO ENVIRA</b>							<b>R\$ 4.742.712,00</b>	<b>R\$ 905.868,00</b>
2	34	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na escola <b>Escola Joel Ferreira de Sousa</b> , localizada no Seringal Porto Envira. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00
	35	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Costa Filho</b> , localizada no Seringal Liberdade	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
	36	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		<b>Escola Padre Alberto Roberto Urbam</b> , localizada no Seringal Agrião do Norte. Percurso de ida e volta.							
37		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Edson Tavares</b> , localizada no Seringal Bom Princípio. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
38		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Arlete Almeida</b> , localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
39		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Arlete Almeida</b> , localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
40		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professor Antônio Charles Viana</b> , localizada no Seringal Bom Princípio- Cachoeira do Lau. Percurso de ida e volta.							
	41	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Maciel</b> , localizada no Seringal Porto Icó. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00
	42	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Darcila Regina Valério Lima</b> , localizada no Seringal Boca da Floresta. Percurso de ida e volta.	3h30min	1	200	200	R\$ 850,00	R\$ 170.000,00	R\$ 25.163,00
	43	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		<b>Escola Pedro Gomes de Paiva</b> , localizada no Seringal São Francisco. Percurso de ida e volta.							
44		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Costa Ponte</b> , localizada no Seringal Enjeitado. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
45		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Francisco Teixeira Guimarães</b> , Seringal Floresta. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
46		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Dona Tereza de Carvalho</b> , localizada no Seringal Boa Vista. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
47		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Inocência Brandão</b> , localizada no Seringual Porto Rubim, Col. Fortaleza. Percurso de ida e volta.							
	48	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Rio Paraná do Ouro, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	200	400	R\$ 700,00	R\$ 280.000,00	R\$ 50.326,00
	<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 2: ESCOLAS DO PARANÁ DO OURO</b>							<b>R\$ 2.060.000,00</b>	<b>R\$ 402.608,00</b>
3	49	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Maria Correia dos Santos</b> , localizada no Seringal Mangueiral. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
	50	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Ricardo Sabino de Moraes</b> , localizada no Seringal Berlim. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
	51	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Adélio Gomes</b> , localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.							
	52	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Adélio Gomes</b> , localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
	53	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Luiz Domingos Neto</b> , localizada no Seringal Juá. Percurso de ida e volta.	2h20min	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
	54	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Maria Cleonice Castro da Silva</b> , localizada no	2h30min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		Seringal São Domingos. Percurso de ida e volta.							
55		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Francisco</b> , localizada no Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
56		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Francisco</b> , localizada no Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.	4h15min	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00
57		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Paulo II</b> , localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.	4h20min	1	200	200	R\$ 1.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 25.163,00
58		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola João Paulo II</b> , localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.							
	59	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Baixo Rio Envira, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	200	400	R\$ 700,00	R\$ 280.000,00	R\$ 50.326,00
	<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 3: ESCOLAS DO BAIXO RIO ENVIRA</b>							<b>R\$ 1.649.800,00</b>	<b>R\$ 301.956,00</b>
4	60	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Miguel</b> , localizada no Seringal Tracoá. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
	61	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Miguel</b> , localizada no Seringal Tracoá. Percurso de ida e volta.	3h	3	200	600	R\$ 800,00	R\$ 480.000,00	R\$ 75.489,00
	62	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção	3h20min	1	200	200	R\$ 840,00	R\$ 168.000,00	R\$ 25.163,00





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Manoel Venâncio Barbosa</b> , localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.							
	63	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Manoel Venâncio Barbosa</b> , localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
	64	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São Jorge</b> , localizada no Seringal Humaitá. Percurso de ida e volta.	1h	1	200	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.163,00
	65	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São João</b> , localizada no Seringal Engenho. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

66	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola São João</b> , localizada no Seringal Engenho. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00
67	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santa Maria da Liberdade</b> , localizada no Seringal Massipira. Percurso de ida e volta.	4h	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00
68	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> , localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.	2h30min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
69	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao	3h20min	1	200	200	R\$ 840,00	R\$ 168.000,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> , localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.							
	70	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Expedito</b> , localizada no Seringal Novo Oriente. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
	71	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santos Dumont</b> , localizada no Seringal Veneza. Percurso de ida e volta.	3h30min	1	200	200	R\$ 850,00	R\$ 170.000,00	R\$ 25.163,00
	72	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Dina Carneiro</b> , localizada no Seringal Veneza. Percurso de ida e volta.	3h	1	200	200	R\$ 800,00	R\$ 160.000,00	R\$ 25.163,00
	73	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura	4h	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Antônio V</b> , localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.							
74		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Santo Antônio V</b> , localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	4h	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00
75		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Professora Eunice Santos</b> , localizada no Seringal Palmaripé. Percurso de ida e volta.	2h45min	1	200	200	R\$ 700,00	R\$ 140.000,00	R\$ 25.163,00
		Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola José Francisco de Aguiar Albuquerque</b> , localizada	4h	1	200	200	R\$ 899,00	R\$ 179.800,00	R\$ 25.163,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

		no Seringal Mauê no Igarapé. Percurso de ida e volta.							
	77	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote Rio Jurupari, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	200	400	R\$ 700,00	R\$ 280.000,00	R\$ 50.326,00
	<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 4: ESCOLAS DO RIO JURUPARI</b>							<b>R\$ 3.255.200,00</b>	<b>R\$ 528.423,00</b>
5	78	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal no anexo da <b>Escola Antônio Fenelon de Oliveira</b> , localizada na BR 364 – Sentido Feijó/Manoel Urbano Km 52 – Seringal Mira Flor –Colônia Deus Proverá –Igarapé Maracaju. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200	200	R\$ 600,00	R\$ 120.000,00	R\$ 25.163,00
	79	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Escola Acrisio de Alencar</b> , localizada na BR 364 km 33-Seringal Vista Alegre- Igarapé Macipira. Percurso de ida e volta.	2h	1	200	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00	R\$ 25.163,00
	80	Contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, contendo grades de proteção para prevenção de quedas, motor compatível com a	4h	2	200	400	R\$ 899,00	R\$ 359.600,00	R\$ 50.326,00



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento do transporte escolar dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na <b>Eugenia de Moraes da Silveira</b> , localizada na BR 364 – Trecho Feijó /Tarauacá. Percurso de ida e volta.							
81	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote escolas localizadas na Br com acessos via igarapés e rio para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	200	400	R\$ 700,00	R\$ 280.000,00	R\$ 50.326,00
<b>VALOR ESTIMADO DO LOTE 5: ESCOLAS LOCALIZADAS NA BR 364 COM ACESSO POR ROTAS FLUVIAIS VIA IGARAPÉS E RIO</b>							<b>R\$ 889.600,00</b>	<b>R\$ 150.978,00</b>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>							<b>R\$ 12.597.312,00</b>	<b>R\$ 2.289.833,00</b>

<b>TABELA 2 – ANÁLISE ESTATÍSTICA SOLUÇÃO Nº1 /POR DURAÇÃO DO PERCURSO</b>						
<b>DURAÇÃO DO PERCURSO</b>	<b>Nº DE COTAÇÕES AVALIADAS</b>	<b>Nº DE COTAÇÕES UTILIZADAS</b>	<b>MENOR VALOR</b>	<b>MAIOR VALOR</b>	<b>MÉDIA</b>	<b>MEDIANA</b>
45 min	2	2	R\$ 650,00	R\$ 746,28	R\$ 698,14	R\$ 698,14
1h	8	8	R\$ 500,00	R\$ 746,28	R\$ 623,14	R\$ 623,14
1h20min	6	6	R\$ 600,00	R\$ 903,86	R\$ 751,93	R\$ 751,93
1h30min	10	10	R\$ 600,00	R\$ 947,09	R\$ 773,55	R\$ 773,55
1h40min	8	8	R\$ 610,76	R\$ 1.037,34	R\$ 824,05	R\$ 824,05
1h45min	2	2	R\$ 610,76	R\$ 1.037,34	R\$ 824,05	R\$ 824,05
2h	6	6	R\$ 650,00	R\$ 1.033,57	R\$ 841,79	R\$ 841,79
2h20min	4	4	R\$ 650,00	R\$ 1.158,90	R\$ 904,45	R\$ 904,45
2h30min	8	8	R\$ 700,00	R\$ 1.158,90	R\$ 929,45	R\$ 929,45
2h40min	6	6	R\$ 700,00	R\$ 1.222,56	R\$ 961,28	R\$ 961,28
2h45min	2	2	R\$ 700,00	R\$ 1.222,56	R\$ 961,28	R\$ 961,28
3h	12	12	R\$ 800,00	R\$ 1.222,56	R\$ 1.011,28	R\$ 1.011,28
3h20min	2	2	R\$ 840,00	R\$ 1.384,11	R\$ 1.112,06	R\$ 1.112,06
3h30min	4	4	R\$ 850,00	R\$ 1.384,11	R\$ 1.117,06	R\$ 1.117,06



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

4h	10	10	R\$ 899,00	R\$ 1.384,11	R\$ 1.141,56	R\$ 1.141,56
4h15min	2	2	R\$ 899,00	R\$ 1.573,33	R\$ 1.236,17	R\$ 1.236,17
4h20min	2	2	R\$ 1.000,00	R\$ 1.573,33	R\$ 1.286,67	R\$ 1.286,67
4h30min	2	2	R\$ 1.000,00	R\$ 1.573,33	R\$ 1.286,67	R\$ 1.286,67

A presente estimativa foi elaborada nos termos do art. 18, inciso III, e art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Os valores da Solução nº 1 (SRP) foram extraídos das respectivas contratações e atas, identificadas pelos IDs constantes da Tabela 1. A quantidade de diárias por rota foi calculada pela fórmula: **Diárias = Quantidade de Embarcações × 200 dias letivos**, conforme art. 24, inciso I, da Lei nº 9.394/1996. Para cada duração específica de percurso (45min, 1h, 1h20min, 1h30min, 1h40min, 1h45min, 2h, 2h20min, 2h30min, 2h40min, 2h45min, 3h, 3h20min, 3h30min, 4h, 4h15min, 4h20min, 4h30min), foram calculadas a média aritmética e a mediana dos valores encontrados, conforme Tabela 2. O valor anual por rota foi calculado multiplicando-se o valor da diária pela quantidade de diárias (Quantidade de Embarcações × 200 dias letivos). O valor total do Lote 1 (R\$ 4.742.712,00) corresponde à soma dos valores anuais de cada uma das 33 rotas que o compõem, repetindo-se o procedimento para os demais lotes.

Para a Solução nº 2 (aquisição de embarcações e motores), adotou-se o valor unitário de R\$ 25.163,00 que contempla a aquisição de motores e embarcações de médio porte para transporte escolar, com especificações técnicas similares às deste objeto. O valor total do Lote 1 (R\$ 905.868,00) corresponde à soma dos valores de aquisição de todas as embarcações do lote (33 rotas, totalizando 36 embarcações), repetindo-se o procedimento para os demais lotes. O valor total da Solução nº 2 (R\$ 2.289.833,00) corresponde à soma dos valores de aquisição de todas as 91 embarcações necessárias para atender às 81 rotas previstas (76 rotas regulares + 5 rotas complementares). Cumpre esclarecer que os valores apresentados para a Solução nº 2 (aquisição de embarcações) referem-se exclusivamente ao custo de aquisição dos bens (embarcações e motores), não contemplando os custos adicionais indispensáveis à execução direta do serviço, quais sejam:





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

- (i) contratação ou concurso público para provimento de, no mínimo, 91 condutores (um por embarcação), com todos os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações acessórias;
- (ii) manutenção preventiva e corretiva continuada de toda a frota;
- (iii) fornecimento de combustível para as 16.200 diárias anuais regulares (mais 2.000 de reserva);
- (iv) aquisição e reposição de coletes salva-vidas, kits de primeiros socorros, extintores e demais equipamentos de segurança; (v) armazenagem das embarcações em período não letivo;
- (v) seguro da frota contra roubo, furto, incêndio e danos a terceiros;
- (vi) estrutura administrativa para gestão da frota (almoxarifado, controle de manutenção, abastecimento, fiscalização);
- (vii) tratamento e destinação ambientalmente adequados de resíduos perigosos (óleo lubrificante usado, filtros).

Estes custos, quando computados, elevam significativamente o valor total da Solução nº 2, tornando-a economicamente menos vantajosa em comparação com a Solução nº 1, que já contempla integralmente todos os custos operacionais no valor da diária, incluindo combustível, manutenção, condutor, encargos trabalhistas, seguros e demais despesas acessórias, com pagamento vinculado ao serviço efetivamente prestado, sem necessidade de investimento inicial e sem riscos de ociosidade da frota.

Portanto, ainda que o custo de aquisição das embarcações (R\$ 2.289.833,00) seja inferior ao custo anual da locação (**R\$ 12.597.312,00**) a comparação deve considerar o ciclo de vida completo do objeto, incluindo os custos de pessoal, manutenção,



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

combustível, gestão e riscos associados à execução direta, os quais, quando devidamente dimensionados, demonstram a superioridade econômica e operacional da Solução nº 1 (locação com condutor por SRP), além de sua maior adequação à capacidade administrativa do Município e à continuidade do serviço público educacional.



**ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

**D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)**

Dentre as alternativas avaliadas, a Solução 1 (contratação direta por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP) é a que melhor atende à necessidade administrativa identificada, pelas seguintes razões. Primeiro, quanto à síntese das alternativas avaliadas, demonstrou-se que existem duas vias possíveis para a contratação: a realização de processo licitatório próprio com SRP (locação de embarcação com condutor) ou a aquisição de embarcações pela própria Administração com execução direta do serviço (frota própria e condutores públicos). Segundo, quanto à superioridade da solução escolhida, o SRP proporciona ao município de Feijó autonomia plena para definir as especificações técnicas alinhadas às suas 81 rotas específicas, com percursos que variam de 45 minutos a 4h30min, condições de navegação particulares de cada rio e igarapé, e lotação média de 24 alunos por embarcação, garantindo que o objeto contratado atenda exatamente à necessidade real, sem os custos e riscos inerentes à formação e gestão de frota própria. Terceiro, na análise do custo-benefício considerando o ciclo de vida da contratação, o SRP mostra-se mais vantajoso porque: (i) dispensa alto investimento inicial para aquisição das 91 embarcações necessárias ao atendimento das rotas; (ii) evita os custos continuados com manutenção preventiva e corretiva, armazenagem, seguro e depreciação dos bens; (iii) transfere ao contratado a responsabilidade pela gestão de condutores, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações acessórias, que na execução direta recairiam integralmente sobre o Município; (iv) elimina o risco de ociosidade da frota em períodos não letivos (férias, recessos, feriados), uma vez que o pagamento é vinculado ao serviço efetivamente prestado (diárias). Quarto, a viabilidade técnica e operacional do SRP é plena, pois o mercado de transporte fluvial na região Norte dispõe de fornecedores especializados aptos a executar o serviço, conforme demonstrado pelas contratações de outros entes públicos, e o município já realizou



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

contratações similares no passado, dispondo de estrutura administrativa para conduzir o pregão e gerir a ata, com apoio do setor de licitações e da assessoria jurídica. Quinto, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, o SRP assegura a seleção da proposta mais vantajosa por meio de competição ampla, observados os princípios da publicidade, impessoalidade e vinculação ao instrumento convocatório, e permite contratações parceladas conforme a necessidade, evitando o acúmulo de estoque de serviços não utilizados. Sexto, a solução está aderente às diretrizes institucionais da Prefeitura de Feijó, que busca a padronização e a eficiência nas contratações, sendo a demanda alinhada diretamente com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Sétimo, quanto aos riscos mitigados, a contratação por SRP reduz significativamente os riscos inerentes à execução direta, tais como: (i) risco de descontinuidade do serviço por falhas na manutenção ou indisponibilidade de condutores; (ii) risco de responsabilização direta do Município por acidentes, danos ambientais (derramamento de combustível) e sinistros envolvendo os alunos transportados; (iii) risco de ociosidade da frota e ineficiência no uso dos recursos públicos; (iv) risco de necessidade de concurso público ou contratação emergencial de condutores, com todos os encargos trabalhistas e previdenciários; (v) risco de obsolescência e depreciação das embarcações, com necessidade de reinvestimento periódico. Portanto, a Solução 1 (SRP) representa o melhor resultado para a Administração Pública, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, conciliando a necessidade de segurança jurídica, adequação técnica, economicidade, eficiência e mitigação de riscos, em confronto com a Solução 2 (aquisição de embarcações e execução direta), que demandaria alto investimento inicial, custos continuados elevados, estrutura administrativa própria e assunção direta de riscos operacionais, trabalhistas e ambientais pelo Município. **Oitavo, quanto à necessidade de flexibilidade diante da dinâmica da demanda por transporte escolar na zona rural ribeirinha, o SRP mostra-se especialmente adequado. As escolas rurais são posicionadas em locais estratégicos para atender as comunidades de forma assertiva, porém a realidade do ensino no**



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

campo é marcada por constantes mudanças: migração de famílias de uma região para outra, redução do número de alunos em uma localidade e aumento em outra, surgimento de novas comunidades com crianças em idade escolar não atendidas por unidade próxima, deslocamento de alunos para a zona urbana por conclusão de estudos ou mudança familiar, bem como a necessidade de realocação de anexos escolares para pontos mais próximos das comunidades atendidas. Todas essas situações, ainda que amplamente estudadas e monitoradas pela Secretaria Municipal de Educação, apresentam um componente de imprevisibilidade que pode impactar diretamente a demanda efetiva por transporte escolar fluvial ao longo do ano letivo. Nesse contexto, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) confere à Administração a necessária agilidade e autonomia para ajustar a execução do serviço à demanda real, sem a rigidez de um contrato com quantitativos fechados. A previsão de rotas complementares operacionais, já incluída no DFD (05 rotas reserva), foi dimensionada justamente para atender a essas situações supervenientes, permitindo que o Município ative novas rotas, amplie o atendimento em rotas existentes ou realoque embarcações conforme a necessidade, sempre com base na disponibilidade orçamentária e na devida justificativa técnica. A flexibilidade do SRP, aliada à previsão de rotas complementares, garante o cumprimento do princípio constitucional do acesso à educação, assegurando que nenhum aluno seja prejudicado por alterações na demanda ou na geografia escolar ao longo do período letivo, sem que para isso o Município precise realizar novos procedimentos licitatórios ou arcar com custos adicionais não planejados.

#### **D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

A solução escolhida será parcelada em 05 (cinco) lotes, sendo cada item correspondente a uma das rotas regionais de transporte escolar fluvial,



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

conforme discriminado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) que acompanha o presente ETP, assim denominados: Lote 1 - Escolas do Alto Rio Envira, Lote 2 - Escolas do Paraná do Ouro, Lote 3 - Escolas do Baixo Rio Envira, Lote 4 - Escolas do Rio Jurupari e Lote 5 - Escolas localizadas na BR 364 com acesso por rotas fluviais via igarapés e rio. A análise da divisibilidade do objeto indica que cada lote possui características próprias e autônomas quanto ao percurso, duração diária (variando de 45 minutos a 4h30min), localização geográfica, condições de navegação e quantidade de alunos atendidos, sendo técnica e operacionalmente independente, ou seja, a execução de um lote não interfere na execução do outro, e a eventual interrupção ou inadimplência em um lote não inviabiliza os demais.

O parcelamento é viável técnica e operacionalmente porque a gestão contratual pode ser descentralizada por regional, a fiscalização pode ser realizada pelas unidades escolares de cada região, e a coordenação entre diferentes fornecedores não exige padronização além da descrição mínima do objeto constante do termo de referência. Do ponto de vista econômico, o parcelamento favorece a competitividade, ampliando o universo de potenciais fornecedores, especialmente embarcadores locais, condutores autônomos regularizados e micro e pequenas empresas (ME/EPP) que podem operar uma ou poucas rotas, reduzindo barreiras de entrada e estimulando a participação de fornecedores regionais, em conformidade com o art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 123/2006, que visa o estímulo ao desenvolvimento econômico local. O parcelamento não gera perda de escala significativa, pois o serviço de transporte fluvial é essencialmente prestado por unidade de embarcação por rota, não havendo ganhos expressivos de escala na agregação de múltiplas rotas sob um mesmo contratado, uma vez que as rotas são geograficamente dispersas e exigiriam deslocamentos vazios entre uma e outra, gerando ineficiência. A decisão pelo parcelamento não configura fracionamento ilegal, pois não visa burlar limites legais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, mas sim organizar a licitação por lotes regionais autônomos, com valor estimado por lote compatível com o mercado e



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

justificado pela natureza do objeto. Portanto, a Administração opta expressamente pelo parcelamento da solução em **5 (cinco) lotes regionais**, admitindo-se que um mesmo fornecedor possa contratar mais de um lote, desde que comprove capacidade operacional, técnica e econômico-financeira para tanto.

**D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)**

Considerando que a solução foi parcelada em 5 (cinco) lotes regionais, com valores estimados conforme Tabela 1 do item D.2 (Lote 1: **R\$ 4.742.712,00**; Lote 2: **R\$ 2.060.000,00**; Lote 3: **R\$ 1.649.800,00**; Lote 4: **R\$ 3.255.200,00**; Lote 5: **R\$ 889.600,00**) verifica-se que cada lote possui valor estimado superior a R\$ 80.000,00, incidindo, portanto, a obrigatoriedade do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. A análise da divisibilidade do objeto demonstra que os lotes são autônomos e independentes, sendo viável a aplicação da cota reservada exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da LC 123/2006, com redação dada pela LC 147/2014, que estabelece a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para ME/EPP em licitações com valor superior a R\$ 80.000,00. O tratamento diferenciado mostra-se adequado ao modelo de contratação, uma vez que o serviço de transporte escolar fluvial pode ser executado por ME/EPP em cada lote regional, sem prejuízo da funcionalidade, qualidade ou continuidade do serviço público. A aplicação da reserva de cota justifica-se pela necessidade de ampliar a competitividade, estimular o desenvolvimento econômico local e promover a inclusão de pequenos fornecedores regionais (embarcadores e condutores autônomos regularizados), sem comprometer a eficiência da prestação do serviço. A decisão está alinhada aos princípios da competitividade, economicidade e responsabilidade administrativa, favorecendo a participação de ME/EPP sem restringir a participação dos demais interessados, e observa o interesse público de ampliação do acesso à educação nas comunidades ribeirinhas. Portanto, a Administração aplicará a cota reservada de até





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

25% para ME/EPP em cada lote, nos termos da legislação de regência.

#### **D.5. Da vedação de empresas sob a forma de consórcio**

A Administração decide, com base na análise específica do caso concreto, vedar a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que admite a vedação excepcional. A regra geral do referido dispositivo legal é a permissão da participação de consórcios, mas a vedação é medida excepcional que se justifica pelas características do objeto e pela necessidade de simplificação da gestão contratual. A análise das características do objeto revela que o serviço de transporte escolar fluvial em rotas específicas, com embarcação de médio porte (capacidade média para 24 alunos), percurso diário de duração variável e condutor único por embarcação, é de execução simples, direta e padronizada, não apresentando complexidade tecnológica, multidisciplinaridade, necessidade de grandes investimentos cruzados ou compartilhamento de riscos complexos que justifiquem a reunião de empresas em consórcio. A avaliação dos riscos administrativos e operacionais demonstra que a admissão de consórcios poderia gerar: (i) dificuldades de gestão contratual e fiscalização, uma vez que a responsabilidade solidária entre consorciadas (art. 15, §2º, da Lei 14.133/2021) muitas vezes se mostra de difícil execução prática na ponta, especialmente em contratações descentralizadas em 81 rotas distintas, com fiscalização exercida por diferentes unidades escolares; (ii) risco de aumento de preços, pois a formação de consórcio adiciona custos de coordenação, administrativos e sobreposição de margens de lucro, que seriam repassados à Administração; (iii) risco de atraso ou inexecução contratual por conflitos internos entre consorciadas ou por dificuldades de comunicação e repartição de responsabilidades, o que afetaria diretamente o transporte de alunos, com graves consequências para o acesso à educação; (iv) risco de descontinuidade do serviço em caso de desistência ou falência de uma das consorciadas, com impactos na rotina escolar. Quanto aos impactos sobre a competitividade, a vedação não compromete a ampla concorrência nem restringe indevidamente o



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

mercado, pois o mercado de transporte fluvial na região do Acre, em especial no município de Feijó e adjacências, é composto por inúmeras empresas de pequeno porte, embarcadores individuais regularizados, cooperativas de transporte e condutores autônomos que podem executar o objeto de forma isolada, sendo plenamente capaz de atender às 81 rotas sem necessidade de formação de consórcios. A vedação é proporcional, necessária e adequada à mitigação dos riscos identificados, sem configurar restrição injustificada à participação no certame, em consonância com os princípios da razoabilidade, eficiência e interesse público. Portanto, a vedação de participação de empresas sob a forma de consórcio é formalmente justificada, atende ao interesse público e será expressamente prevista no edital e demais instrumentos convocatórios.

#### **E. Requisitos da solução escolhida**

##### **E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)**

Quanto às exigências internas ao órgão, o serviço de transporte escolar fluvial será monitorado pela Secretaria Municipal de Educação por meio de sistema de controle de frequência de alunos transportados, conformidade de rotas e horários, e registro de ocorrências de acidentes, atrasos ou falhas na prestação do serviço. A fiscalização será descentralizada por unidade escolar, cabendo a cada escola fiscalizar as rotas a ela vinculadas, com apoio da equipe pedagógica e administrativa. Serão observadas as políticas internas de proteção de dados pessoais dos alunos, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado ao contratado divulgar informações sobre os estudantes, suas rotinas de deslocamento ou dados de identificação. Quanto às exigências externas ao órgão, o serviço deverá atender integralmente às seguintes normas e regulamentos: (i) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); (ii) Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB); (iii) Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); (iv) Lei nº 10.880/2004 (Programa Nacional de Apoio



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

ao Transporte do Escolar - PNATE); (v) Resolução FNDE nº 20/2021, que regulamenta a execução do PNATE; (vi) Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), no que couber à navegação; (vii) Normas da Autoridade Marítima (NORMAM) aplicáveis ao transporte de passageiros; (viii) Lei nº 9.432/1997 (regulamentação do transporte aquaviário). Quanto aos padrões de qualidade, a embarcação deverá estar em bom estado de conservação, com casco sem avarias ou corrosão, motor de potência compatível com a correnteza da região, cobertura completa impermeável (toldo) para proteção contra sol e chuva, fechamento lateral para proteção contra intempéries, assentos individuais fixos e confortáveis, dispositivo de flutuação individual (coletes salva-vidas) para 100% da lotação, kit de primeiros socorros. O condutor deverá possuir Carteira de Habilitação compatível com a categoria exigida para transporte remunerado de passageiros (quando aplicável), não possuir antecedentes criminais incompatíveis com o trabalho com crianças e adolescentes, e ter experiência mínima de dois anos na navegação da região. Quanto à necessidade de homologação de amostras, exames de conformidade ou prova de conceito, será exigida vistoria prévia da embarcação por comissão técnica da Secretaria de Educação, antes da assinatura do contrato e antes do início da operação de cada rota, para verificação in loco dos requisitos de segurança, conforto e conformidade com as especificações, não sendo exigida homologação de amostras ou prova de conceito adicional, dada a natureza do serviço e a possibilidade de vistoria direta. Quanto à aderência a critérios de sustentabilidade, será observado o item E.2 deste ETP. Quanto à necessidade de transição contratual, aplica-se: ao final de cada exercício ou em caso de troca de fornecedor, o contratado deverá entregar relatório detalhado das rotas executadas, alunos transportados e eventuais ocorrências, para subsidiar nova contratação ou a continuidade do serviço, não havendo transferência de tecnologia complexa. Quanto à garantia, manutenção e assistência técnica, o contratado deverá manter a embarcação em condições plenas de navegação durante toda a vigência contratual, realizando manutenções preventivas sem prejuízo do serviço, com reposição por embarcação reserva em caso de parada



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

programada ou emergencial. Quanto à necessidade ou não de vistoria dos licitantes, será exigida **vistoria prévia facultativa** aos licitantes das rotas e condições de navegação, com emissão de declaração de ciência das condições operacionais, logísticas e de segurança, para afastar alegações futuras de desconhecimento do local e das peculiaridades de cada percurso. Quanto à possibilidade de subcontratação, será vedada, conforme decisão fundamentada no planejamento da contratação, pois o serviço de transporte escolar fluvial é personalíssimo e a subcontratação poderia comprometer a fiscalização, a responsabilização, a qualidade e a continuidade do serviço prestado aos alunos. Quanto à disponibilização do objeto, o serviço será prestado nas 81 rotas especificadas no DFD, nos dias letivos (200 diárias por rota/ano, compatível com o calendário escolar do município de Feijó), com horários de saída e chegada definidos pela Secretaria de Educação em conjunto com cada unidade escolar, garantindo a chegada dos alunos antes do início das aulas e a saída logo após o término, com tolerância máxima de 15 minutos de atraso. Quanto à indicação ou vedação de determinada marca, não se indica nem se veda marca específica, apenas se especificam as características técnicas mínimas da embarcação (madeira ou alumínio, com toldo, cobertura completa, fechamento lateral, motor compatível, lotação média de 24 alunos e capacidade de carga de 1.000 kg), sendo permitida qualquer marca ou fabricante que atenda aos requisitos, em conformidade com o princípio da descrição ampliativa e com a vedação ao direcionamento.

## **E.2. Critérios de sustentabilidade**

A presente contratação está enquadrada no princípio do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos dos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem a sustentabilidade como diretriz das contratações públicas. Os impactos ambientais associados ao objeto da contratação incluem: (i) emissão de gases poluentes e partículas pelos motores das embarcações, decorrentes da combustão de diesel ou gasolina; (ii) risco de



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

derramamento acidental de combustível, óleo lubrificante ou graxas nos corpos d'água (rios Envira, Paraná do Ouro, Jurupari e Igarapés), com potencial contaminação dos ecossistemas aquáticos; (iii) geração de resíduos sólidos perigosos (óleo lubrificante usado, filtros contaminados, embalagens de produtos químicos) e resíduos comuns (resíduos gerados pelos alunos durante o transporte); (iv) impacto sonoro decorrente do ruído dos motores, que pode afetar a fauna local e comunidades ribeirinhas. Os impactos sociais envolvem a garantia de acesso à educação para populações ribeirinhas historicamente vulneráveis e a geração de emprego e renda para condutores e pequenos embarcadores locais, com efeito positivo na economia regional. Os impactos econômicos referem-se à racionalização do gasto público com transporte escolar, com economicidade. Como critérios e práticas sustentáveis aplicáveis, serão exigidos: (i) uso de motores com tecnologia de menor emissão de poluentes, preferencialmente com padrão de emissão MAR-1 ou superior, conforme legislação ambiental aplicável; (ii) proibição expressa de descarte de óleo, graxa, combustível ou qualquer resíduo perigoso nos rios ou igarapés, devendo o contratado comprovar, mediante apresentação de certificado de destinação final, que os resíduos perigosos (óleo lubrificante usado, filtros, etc.) foram destinados a empresas de reciclagem ou co-processamento licenciadas; (iii) realização de manutenção preventiva periódica dos motores para redução do consumo de combustível e das emissões de poluentes; (iv) preferência, em igualdade de condições técnicas e econômicas, por embarcações fabricadas com madeira legalizada (ou madeira de reflorestamento) ou alumínio reciclável; (v) adoção de programa de educação ambiental para condutores, com orientação sobre práticas de navegação sustentável, prevenção de derramamentos e manejo adequado de resíduos; (vi) vedação ao transporte de qualquer substância perigosa além do combustível do motor; (vii) instalação de recipientes adequados para coleta de resíduos sólidos gerados pelos alunos durante o trajeto, com destinação final correta em áreas urbanas. Tais critérios são compatíveis com o objeto, não comprometem a funcionalidade do serviço, não geram aumento de custo desproporcional (pois motores eficientes reduzem



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

consumo de combustível a médio prazo) e não restringem a competitividade, uma vez que há oferta de embarcações com motores modernos e práticas sustentáveis no mercado da região Norte. As bases normativas que fundamentam a adoção dos critérios incluem: Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução CONAMA nº 306/2002 (gestão de resíduos de serviços de transporte), e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU). Fica, portanto, justificada a aplicação dos critérios de sustentabilidade elencados.

### **E.3. Critérios de acessibilidade**

Nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI), do art. 45, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 e das normas técnicas aplicáveis, a presente contratação deve observar critérios de acessibilidade na medida da natureza do objeto e da viabilidade técnica. Considerando que se trata de embarcação de médio porte operando em regiões ribeirinhas com infraestrutura portuária precária (atracadouros simples, muitas vezes em barrancos de terra ou madeira), a exigência de acessibilidade arquitetônica plena (rampas, banheiros adaptados, espaços para cadeira de rodas, corrimãos, piso tátil) pode ser inviável técnica e operacionalmente em razão das dimensões reduzidas da embarcação (capacidade média de 24 alunos) e das condições dos pontos de embarque e desembarque, que não dispõem de estrutura adaptada. Contudo, serão exigidas as seguintes medidas de acessibilidade, dentro do possível e do razoável: (i) assento prioritário sinalizado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, localizado em área de fácil acesso e próximo ao condutor; (ii) auxílio obrigatório do condutor ou de assistente (quando houver) para embarque e desembarque de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; (iii) comunicação visual clara sobre procedimentos de segurança, utilização de coletes salva-vidas e localização dos equipamentos de emergência, utilizando símbolos universais e linguagem de fácil compreensão; (iv) no caso de alunos cadeirantes regularmente matriculados e com necessidade comprovada de transporte, a Administração



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

poderá exigir, no termo de referência, que o contratado disponibilize prancha de transferência ou outro dispositivo assistivo compatível com o tipo de embarcação, desde que tecnicamente viável e sem comprometer a segurança da operação; (v) capacitação do condutor para atendimento a pessoas com deficiência, incluindo noções básicas de Libras e manejo adequado. Não se aplicam exigências de acessibilidade digital ou comunicacional avançada, pois o objeto é serviço de transporte presencial, não envolvendo sistemas eletrônicos ou plataformas digitais para os alunos. As normas técnicas pertinentes são a ABNT NBR 9050 (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), aplicada com as adaptações necessárias à realidade fluvial. As exigências estabelecidas são compatíveis com o mercado de transporte escolar fluvial na região Norte, não restringindo a competitividade (pois os requisitos são factíveis e já praticados informalmente por condutores locais), e são tecnicamente indispensáveis ao atendimento do interesse público de inclusão e garantia de direitos das pessoas com deficiência. Para os casos específicos em que a acessibilidade plena não for tecnicamente possível (ex.: embarcação muito pequena para instalação de dispositivo de transferência), será registrada justificativa técnica no Termo de Referência, com base em laudo da vistoria prévia, e será buscada solução alternativa, como a oferta de embarcação adaptada para rota específica ou o remanejamento de aluno para rota com condições adequadas. Fica, portanto, justificada a aplicação dos critérios de acessibilidade nos termos acima.

## **F. Descrição da solução como um todo**

### **F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida**

A Administração pretende alcançar com a solução de contratação de serviço de transporte escolar fluvial por meio de locação de embarcação com condutor, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), os seguintes resultados. Primeiro, em termos de eficiência administrativa, espera-se a redução da complexidade da gestão do transporte escolar, com a concentração





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

da atuação da Secretaria de Educação na fiscalização da conformidade do serviço (regularidade, pontualidade, segurança) e não na gestão de frota própria, manutenção de embarcações e gestão de pessoal (condutores), gerando melhoria dos processos de controle e liberação de servidores para atividades fins da educação. Segundo, em termos de resultados econômicos, almeja-se a racionalização do gasto público, com pagamento vinculado ao serviço efetivamente prestado (diárias), evitando custos fixos de aquisição de embarcações, depreciação, armazenagem, manutenção continuada e folha de pagamento de condutores, com economicidade estimada em pelo menos 30% em comparação com a execução direta, conforme benchmark com municípios similares da região Norte. Terceiro, em termos de resultados operacionais e funcionais, espera-se o atendimento integral e contínuo das 81 rotas de transporte escolar, com segurança, pontualidade e regularidade, garantindo que 100% dos alunos regularmente matriculados nas comunidades ribeirinhas tenham acesso à escola em todos os dias letivos do ano, com redução significativa dos índices de evasão e abandono escolar, que atualmente atingem patamares críticos nas regiões de difícil acesso. Quarto, quanto aos impactos positivos sobre os recursos humanos, espera-se a liberação de servidores municipais que atualmente desempenham atividades improvisadas de transporte para funções pedagógicas e administrativas, bem como a melhoria das condições de trabalho dos condutores, que serão contratados por empresa especializada com vínculo formal e direitos trabalhistas garantidos. Quinto, quanto à contribuição para o alcance dos objetivos institucionais e do interesse público, espera-se o cumprimento integral das metas do Plano Municipal de Educação para redução da evasão escolar nas áreas ribeirinhas em pelo menos 70% no primeiro ano de vigência contratual, o cumprimento integral das exigências do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) para repasse de recursos federais, e o fortalecimento da imagem da gestão pública municipal como garantidora de direitos fundamentais e de políticas públicas efetivas de inclusão educacional.

## **F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes**



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

Não se aplica

**F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida**

Não se aplica.

**F.4. Descrição integral da solução**

A solução escolhida é caracterizada como serviço de transporte escolar fluvial, de natureza comum, prestado sob regime de locação de embarcação com fornecimento de condutor. A natureza de serviço comum decorre do fato de que o objeto não exige habilitação técnica especializada ou qualificação profissional diferenciada além das normas gerais de navegação e segurança, sendo suficiente a comprovação de regularidade perante as autoridades marítimas e a experiência do condutor. Quanto à modalidade e forma de contratação, será adotado o pregão, na forma eletrônica, previsto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, com critério de julgamento de menor preço por lote. O objeto será contratado por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, permitindo contratações parceladas conforme a necessidade, com validade da ata de um ano, prorrogável. Quanto à natureza da contratação, trata-se de serviço de execução contínua, com vigência contratual prevista de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, com entregas parceladas na forma de diárias de serviço prestado ao longo do ano letivo (200 diárias por rota). Quanto ao critério de julgamento, será adotado o menor preço por lote, por ser o critério mais adequado para serviços padronizados e com especificações objetivas, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Quanto aos critérios de aceitabilidade das propostas, a avaliação será por lote, em consonância com a decisão pelo parcelamento da solução, vedada a exigência de proposta global para todos os itens. Quanto às condições de participação, será vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme justificado no



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

item D.5, e será **vedada também a participação de cooperativas**, em razão da natureza personalíssima do serviço, da necessidade de responsabilização direta e individualizada do contratado pela operação da embarcação e pela segurança dos alunos, bem como da inviabilidade de aplicação do regime cooperativista à atividade de transporte escolar fluvial, que exige vínculo direto entre o contratado e a Administração para fins de fiscalização, controle e responsabilização contratual, sendo aplicável a cota reservada para ME/EPP conforme justificado no item D.4.1. Quanto à possibilidade de subcontratação, será vedada, conforme justificado no item E.1, em razão da natureza personalíssima do serviço e dos riscos de perda de qualidade e de controle. Quanto às exigências relacionadas à manutenção, garantia e assistência técnica, o contratado deverá manter a embarcação em plenas condições de navegação durante toda a vigência contratual, realizar manutenções preventivas sem prejuízo do serviço, dispor de embarcação reserva para situações de emergência. A solução foi avaliada de forma sistêmica, considerando seus impactos na gestão (simplificação), na fiscalização (descentralizada por escola), nos custos (economicidade), nos riscos (mitigação dos riscos de descontinuidade, acidentes, inadequação do objeto) e na obtenção do melhor resultado da contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

### **G. Declaração de viabilidade**

Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, evidencia-se que a necessidade administrativa foi corretamente identificada, caracterizada pela absoluta ausência de meios próprios da Secretaria Municipal de Educação de Feijó/AC para realizar o transporte escolar fluvial dos alunos residentes em comunidades ribeirinhas, o que inviabiliza o acesso à educação e compromete o cumprimento das políticas públicas educacionais. As alternativas de solução foram devidamente avaliadas, com análise comparativa entre a contratação direta por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) e a adesão à ata de outro ente (carona), tendo sido a primeira escolhida por demonstrar superioridade em termos de autonomia, adequação às especificidades locais, segurança jurídica e mitigação de



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

riscos. A solução escolhida mostrou-se tecnicamente adequada, exequível e compatível com a realidade operacional do órgão, uma vez que o mercado de transporte fluvial na região Norte dispõe de fornecedores aptos a executar o serviço, conforme demonstrado pelas contratações similares de outros municípios. A viabilidade econômica restou demonstrada pela compatibilidade dos valores estimados (R\$ 12.597.312,00 para o total das 81 rotas previstas) com os recursos orçamentários disponíveis ou previstos, conforme dotação orçamentária constante do DFD (PNATE, FUNDEB e Recursos Próprios). A viabilidade administrativa e operacional restou evidenciada pela capacidade do órgão de gerir e fiscalizar a contratação, com estrutura já existente na Secretaria de Educação, descentralização da fiscalização por unidade escolar e possibilidade de capacitação complementar dos servidores. Os riscos identificados ao longo do ETP (riscos de descontinuidade, acidentes, inadequação do objeto, judicialização, perda de recursos) foram analisados e considerados gerenciáveis por meio das medidas de mitigação previstas, como vistoria prévia, exigência de garantias, cláusulas de penalidades e planos de contingência. Portanto, com base nas informações, estudos e análises constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, declara-se que a contratação de serviço de transporte escolar fluvial, por meio de locação de embarcação de médio porte com condutor, para atendimento aos alunos da Rede Municipal de Educação de Feijó/AC, é VIÁVEL, estando apta a prosseguir para as etapas subsequentes do processo de contratação, em especial a elaboração do Termo de Referência, a pesquisa de preços e a instauração do procedimento licitatório na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026**



Avenida Plácido de Castro, nº. 678 – Centro – Feijó/AC – CEP: 69.960-000



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ – ACRE**, com sede na Avenida Plácido de Castro, nº 678 – Centro, CEP: 69.960-000, na cidade de Feijó/AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.005.179/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **RAILSON FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alfredo Barroso Cordeiro, s/n Bairro: Esperança, CEP: 69.960-000, Feijó-Acre, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026, publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo n.º XXXX/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **serviços contínuos de transporte escolar fluvial, com embarcação de médio porte, em madeira ou alumínio, com condutor, equipada com toldo, cobertura completa e fechamento lateral, motor compatível com a navegação da região, com lotação média de 24 alunos e capacidade mínima de carga de 1.000 kg, destinada ao atendimento dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino rural do município de Feijó/AC**, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 1: ROTA ESCOLAS DO ALTO RIO ENVIRA						
Item	Especificação	Duração diária do Percorso	Quant. De Barcos	Quant. De Diárias	Valor Unitário	Valor Total:
1	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Antônio Urcezino de Castro Lima, localizada no seringal ouvidor. Percorso de ida e volta.	2h20min	2	400		
2	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Paraná, localizada no Seringal Benfica Col. Coqueiro. Percorso de ida e volta.	2h30min	1	200		
3	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Coronel Júlio Santos, localizada no Seringal Barés. Percorso de ida e volta.	3h	1	200		
4	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Sebastião, localizada no Seringal Curralinho. Percorso de ida e volta.	2h	1	200		
5	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Carlos Feijó de Melo, rota 1, localizada no Seringal Novo Porto, Colônia Buriti. Percorso de ida e volta.	1h20min	1	200		
6	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública	1h	1	200		



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	municipal na Escola Carlos Feijó de Melo, rota 2, localizada no Seringal Novo Porto - Colônia Buriti. Percurso de ida e volta.					
7	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal no Anexo da Escola Carlos Feijó de Melo localizada no Seringal Nazaré. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200		
8	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Beija Flor, rota 1, localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200		
9	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Beija Flor, rota 2, localizada no Seringal Novo Porto. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
10	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Ramiro Prado, rota 1, localizada no Seringal Bom Sucesso – Col. Salão. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200		
11	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Ramiro Prado, rota 2, localizada no Seringal Bom Sucesso, Col. Salão. Seringal Bom Sucesso. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200		
12	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Coriolano de Souza, rota 1, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
13	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Coriolano de Souza, rota 2, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200		
14	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo, rota 1, localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.	2h30min	1	200		
15	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Thaumaturgo de Azevedo, rota 2, localizada no Seringal Santa Rosa. Percurso de ida e volta.	1h45min	1	200		
16	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Geni Nunes Leitão Damasceno, localizada no Seringal Extrema. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200		
17	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Pingo de Ouro, rota 1, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	4h30min	1	200		
18	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Pingo de Ouro, rota 2, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	2h30min	1	200		
19	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Pingo de Ouro, rota 3, localizada no Seringal Vila Alves. Percurso de ida e volta.	2h	1	200		
20	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Nova Cidade, rota 1,	4h	1	200		





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	localizada no Seringal Vila Alves -Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.					
21	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Nova Cidade, rota 2, localizada no Seringal Vila Alves -Igarapé Preto. Percurso de ida e volta.	3h	1	200		
22	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola José Ferreira Filho, rota 1, localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200		
23	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola José Ferreira Filho, rota 2, localizada no Seringal Canadá. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
24	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Albanita Tavares, rota 1, localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200		
25	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Albanita Tavares, rota 2, localizada no Seringal Vista Alegre. Percurso de ida e volta.	2h40min	1	200		
26	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Gabriel Félix de Aguiar, rota 1, localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
27	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Gabriel Félix de Aguiar, rota 2, localizada no Seringal Porto Rubim – Fazenda Moleza. Percurso de ida e volta.	45min	1	200		
28	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Raimundo Prado, rota 1, localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.	2h	1	200		
29	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Raimundo Prado, rota 2, localizada no Seringal Porto Rubim. Percurso de ida e volta.	2h20min	1	200		
30	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Ozório Lins Wanderley, localizada no Seringal 04 Jotas. Percurso de ida e volta.	1h30min	2	400		
31	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Enezília Pires, rota 1, localizada na Colônia Sumaúma. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
32	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Enezília Pires, rota 2, localizada na Colônia Sumaúma. Percurso de ida e volta.	1h40min	1	200		
33	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Alto Rio Envira, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	400		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 1:</b>						





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

LOTE 2: ESCOLAS DO PARANÁ DO OURO						
Item	Especificação	Duração diária do Percurso	Quant. De Barcos	Quant. De Diárias	Valor Unitário	Valor Total:
34	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Joel Ferreira de Sousa, localizada no Seringal Porto Envira. Percurso de ida e volta.	3h	1	200		
35	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola João Costa Filho, localizada no Seringal Liberdade. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
36	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Padre Alberto Roberto Urbam, localizada no Seringal Agrião do Norte. Percurso de ida e volta.	3h	1	200		
37	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Edson Tavares, localizada no Seringal Bom Princípio. Percurso de ida e volta.	2h	1	200		
38	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Arlete Almeida, rota 1, localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200		
39	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Arlete Almeida, rota 2, localizada no Seringal Bom Princípio Colônia Boca do Recreio. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
40	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professor Antônio Charles Viana, localizada no Seringal Bom Princípio-Cachoeira do Lau. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
41	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Maciel, localizada no Seringal Porto Icó. Percurso de ida e volta.	3h	1	200		
42	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Darcila Regina Valério Lima, localizada no Seringal Boca da Floresta. Percurso de ida e volta.	3h30min	1	200		
43	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Pedro Gomes de Paiva, localizada no Seringal São Francisco. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
44	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Costa Ponte, localizada no Seringal Enjeitado. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
45	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Francisco Teixeira Guimarães, Seringal Floresta. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
46	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Dona Tereza de Carvalho, localizada no Seringal Boa Vista. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
47	Transporte escolar fluvial dos estudantes	1h20min	1	200		



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

	regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Inocência Brandão, localizada no Seringal Porto Rubim, Col. Fortaleza. Percurso de ida e volta.					
48	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Rio Paraná do Ouro, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	400		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 2:</b>						

<b>LOTE 3: ESCOLAS DO BAIXO RIO ENVIRA</b>						
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Duração diária do Percurso</b>	<b>Quant. De Barcos</b>	<b>Quant. De Diárias</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total:</b>
49	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Maria Correia dos Santos, localizada no Seringal Mangueiral. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
50	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Ricardo Sabino de Moraes, localizada no Seringal Berlim. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
51	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Adélio Gomes, rota 1, localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.	1h	1	200		
52	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Adélio Gomes, rota 2, localizada no Seringal Santo Amaro. Percurso de ida e volta.	1h20min	1	200		
53	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Luiz Domingos Neto, localizada no Seringal Juá. Percurso de ida e volta.	2h20min	1	200		
54	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Maria Cleonice Castro da Silva, localizada no Seringal São Domingos. Percurso de ida e volta.	2h30min	1	200		
55	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Francisco, rota 1, localizada no Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
56	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Francisco, rota 2, localizada no Seringal Caiçá – Colônia Volta Grande. Percurso de ida e volta.	4h15min	1	200		
57	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola João Paulo II, rota 1, localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.	4h20min	1	200		
58	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola João Paulo II, rota 2, localizada no Seringal Bom Jardim. Percurso de ida e volta.	3h	1	200		
59	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no Lote Baixo Rio Envira, para atendimento de novas comunidades,	2h30min	2	400		



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.					
---	--	--	--	--	--

**VALOR TOTAL DO LOTE 3:**

LOTE 4: ESCOLAS DO RIO JURUPARI						
Item	Especificação	Duração diária do Percorso	Quant. De Barcos	Quant. De Diárias	Valor Unitário	Valor Total:
60	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Miguel, rota 1, localizada no Seringal Tracoá. Percorso de ida e volta.	2h40min	1	200		
61	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Miguel, rota 2, localizada no Seringal Tracoá. Percorso de ida e volta.	3h	3	600		
62	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Manoel Venâncio Barbosa, rota 1, localizada no Seringal Humaitá. Percorso de ida e volta.	3h20min	1	200		
63	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Manoel Venâncio Barbosa, rota 2, localizada no Seringal Humaitá. Percorso de ida e volta.	2h40min	1	200		
64	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São Jorge, localizada no Seringal Humaitá. Percorso de ida e volta.	1h	1	200		
65	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São João, rota 1, localizada no Seringal Engenho. Percorso de ida e volta.	3h	1	200		
66	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola São João, rota 2, localizada no Seringal Engenho. Percorso de ida e volta.	3h	1	200		
67	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santa Maria da Liberdade, localizada no Seringal Massipira. Percorso de ida e volta.	4h	1	200		
68	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santo Expedito, rota 1, localizada no Seringal Novo Oriente. Percorso de ida e volta.	2h30min	1	200		
69	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santo Expedito, rota 2, localizada no Seringal Novo Oriente. Percorso de ida e volta.	3h20min	1	200		
70	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santo Expedito, rota 3, localizada no Seringal Novo Oriente. Percorso de ida e volta.	2h	1	200		
71	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santos Dumont, localizada no Seringal Veneza. Percorso de ida e volta.	3h30min	1	200		
72	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Dina Carneiro, localizada no Seringal Veneza. Percorso de ida e volta.	3h	1	200		



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

73	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santo Antônio V, rota 1, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	4h	1	200		
74	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Santo Antônio V, rota 2, localizada no Seringal Santo Antônio. Percurso de ida e volta.	4h	1	200		
75	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Professora Eunice Santos, localizada no Seringal Palmaripé. Percurso de ida e volta.	2h45min	1	200		
76	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola José Francisco de Aguiar Albuquerque, localizada no Seringal Mauê no Igarapé. Percurso de ida e volta.	4h	1	200		
77	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote Rio Jurupari, para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	400		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 4:</b>						

**LOTE 5: ESCOLAS LOCALIZADAS NA BR 364 COM ACESSO POR ROTAS FLUVIAIS VIA IGARAPÉS E RIO**

Item	Especificação	Duração diária do Percurso	Quant. De Barcos	Quant. De Diárias	Valor Unitário	Valor Total:
78	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal no anexo da Escola Antônio Fenelon de Oliveira, localizada na BR 364 – Sentido Feijó/Manoel Urbano Km 52 – Seringal Mira Flor – Colônia Deus Proverá – Igarapé Maracaju. Percurso de ida e volta.	1h30min	1	200		
79	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Acrísio de Alencar, localizada na BR 364 km 33- Seringal Vista Alegre- Igarapé Massipira. Percurso de ida e volta.	2h	1	200		
80	Transporte escolar fluvial dos estudantes regularmente matriculados na rede pública municipal na Escola Eugenia de Moraes da Silveira, localizada na BR 364 – Trecho Feijó /Tarauacá. Percurso de ida e volta.	4h	2	400		
81	Rota complementar operacional destinada ao atendimento de eventual demanda superveniente de transporte escolar fluvial no lote escolas localizadas na Br com acessos via igarapés e rio para atendimento de novas comunidades, ampliação de rotas existentes, alteração de pontos de embarque/desembarque ou necessidade temporária devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação.	2h30min	2	400		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 5:</b>						

**VALOR TOTAL:**

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração do Município de Feijó – Acre.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

##### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital de Licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subítemos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado,



**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de Licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Feijó-Acre, XX de XXXX de 2026.

---

**RAILSON FERREIRA DA SILVA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**  
**CONTRATANTE**

---

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

## **TESTEMUNHAS:**





**ESTADO DO ACRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_